



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VIII Legislatura

Número: 42

II Sessão Legislativa

Horta, Quarta-Feira, 10 de Maio de 2006

Presidente: *Deputado Fernando Menezes (Substituído no decorrer da sessão pela Vice-Presidente, Deputada Fernanda Mendes)*

Secretários: *Deputados António Loura e Cláudio Lopes*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 15 horas e 30 minutos.

Período de Tratamento de Assuntos Políticos

Após a apresentação da correspondência, seguiu-se a leitura de um **Voto de Congratulação pela subida do Sport Club Lusitânia à II Divisão Nacional de Futebol.**

Apresentado o voto pelo Sr. Deputado António Toste (*PS*), usou da palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses (*PSD*), seguindo-se a votação, que registou a aprovação por unanimidade.

Ao abrigo do artigo 74º do Regimento da ALRAA, proferiu uma declaração política o Sr. Deputado Artur Lima (*CDS/PP*).

No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Fernanda Mendes (*PS*), Paulo Gusmão (*Indep.*), Clélio Meneses (*PSD*) e o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais (*Domingos Cunha*).

Para tratamento de assuntos de interesse político, usaram da palavra os Srs. Deputados Manuel Avelar (*PS*), Luís Henrique (*PSD*), Piedade Lalanda (*PS*), Artur Lima (*CDS/PP*), Pedro Gomes (*PSD*), Cláudia Cardoso (*PS*), Paulo Gusmão (*Indep.*), Costa Pereira (*PSD*), Catarina Furtado (*PS*), bem com os Srs. Secretário Regionais da Economia (*Duarte Ponte*), dos Assuntos Sociais (*Domingos Cunha*) e da Educação e Ciência (*Álamo Meneses*).

Iniciada a **Agenda da Reunião**, passou-se à votação na especialidade do **Projecto de Decreto Legislativo Regional – “Estabelece o regime jurídico do transporte colectivo de crianças”**.

No debate na especialidade usou da palavra o Sr. Deputado José Rego (*PS*).

Submetido à votação o Projecto foi aprovado por unanimidade.

Em seguida, passou-se ao debate da **Projecto de Resolução – “Adopção das necessárias averiguações decorrentes da possível introdução de variedades de milho transgénico nos Açores”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Usaram da palavra os Srs. Deputados António Ventura (*PSD*), Luís Paulo Alves (*PS*), Paulo Gusmão (*Indep.*), Artur Lima (*CDS/PP*), Henrique Ventura (*PS*) e o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas (*Noé Rodrigues*).

O projecto em apreço foi rejeitado por maioria, usando de seguida da palavra os Srs. Deputados Clélio Meneses (*PSD*) e Francisco Coelho (*PS*) para uma declaração de voto.

Por último, foi aprovado por unanimidade, o **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projecto de Resolução – “Comissão Parlamentar de Inquérito relativo às acusações contra o Presidente do Governo Regional proferidas pelo cidadão Manuel António Martins”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a apresentação da urgência e dispensa de exame em Comissão pelo Sr. Deputado José Manuel Bolieiro (*PSD*), usou da palavra o Sr. Deputado José San-Bento (*PS*).

(Os trabalhos terminaram às 20 horas)

Presidente: Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, boa tarde.
Vamos proceder à chamada.

Eram 15 horas e 30 minutos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados

Partido Socialista (PS)

Alberto da Silva Costa

Ana Isabel Damião de Serpa Arruda Moniz

António Gonçalves Toste Parreira

António José Tavares de Loura

Catarina Paula Moniz Furtado

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Fernando Manuel Machado Menezes

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Guilherme de Fraga Vicente Nunes

Hélder Guerreiro Marques Silva

Henrique Correia Ventura

Hernâni Hélio Jorge

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José de Sousa Rego

José Gabriel Freitas Eduardo

José Gaspar Rosa de Lima

José Manuel Gregório de Ávila

Lizuarte Manuel Machado

Luís Paulo de Serpa Alves

Manuel Avelar Cunha Santos

Manuel Herberto Santos da Rosa
Manuel Soares da Silveira
Maria **Fernanda** da Silva **Mendes**
Maria **Piedade** Lima **Lalanda** Gonçalves Mano
Mariana Rego Costa de **Matos**
Nuno Alexandre da Costa Cabral **Amaral**
Nuno André da Costa Soares **Tomé**
Osório Meneses da **Silva**
Rogério Paulo Lopes Soares **Veiros**

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes dos **Reis**
António Augusto Batista Soares **Marinho**
António Lima Cardoso **Ventura**
António Maria da Silva **Gonçalves**
António Pedro Rebelo **Costa**
Cláudio José Gomes **Lopes**
Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**
Jaime António da Silveira **Jorge**
Jorge Alberto da **Costa Pereira**
Jorge Manuel de Almada **Macedo**
José Fernando Dinis **Gomes**
José Manuel Avelar **Nunes**
José Manuel Cabral Dias **Bolieiro**
Luís Henrique da **Silva**
Maria José Botelho de Viveiros da Silva Lemos **Duarte**
Mark Silveira **Marques**
Pedro António de Bettencourt **Gomes**
Sérgio Emanuel Bettencourt **Ferreira**

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de Lima

Deputado Independente (Ind.)

Paulo Domingos Alves de Gusmão

Presidente: Estão presentes 49 Srs. Deputados.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos passar à leitura da correspondência.

Secretário (*António Loura*): Da Presidência do Conselho de Ministros, pedido de parecer sobre o Projecto de Proposta de Lei que procede à segunda alteração da Lei nº 74/98, de 11 de Novembro, sobre a publicação, a identificação e o formulário dos diplomas.

Baixou à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e trabalho.

Secretário (*Cláudio Lopes*): Da Presidência do Conselho de Ministros, pedido de parecer sobre o Projecto de Decreto-Lei que regula a utilização do Gás de Petróleo Liquefeito (GPL) como combustível nos automóveis e revoga o Decreto-Lei nº 195/91, de 25 de Maio.

Baixou à Comissão de Economia.

Secretário (*António Loura*): Da Presidência do Conselho de Ministros, pedido de parecer sobre o Projecto de Decreto-lei que estabelece as condições em que o Gás Natural Comprimido (GNC) é admitido como combustível para utilização nos automóveis.

Baixou à Comissão de Economia.

Secretário (*Cláudio Lopes*): Da Comissão de Assuntos Sociais relatório da Comissão Permanente nos termos do artigo 103º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Presidente: É tudo em termos de correspondência, que está ao vosso dispor.

Chegou à mesa um voto de Congratulação ao Sport Club Lusitânia.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Toste para fazer a sua apresentação.

Deputado António Toste (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

“Voto de Congratulação

O Sport Club Lusitânia traz consigo uma história que remonta a 1922, ano em que, a 22 de Junho, um punhado de terceirenses fundou aquele que viria a ser o clube mais carismático dos Açores.

O Lusitânia nasceu para a glória que sempre o havia de acompanhar ao longo do tempo, tendo proporcionado tardes de alegria indescritível aos seus sócios e simpatizantes e bastas vezes, a todos os açorianos, sendo o mais campeão dos campeões açorianos.

Possui um património de valor inestimável desde a sua sede na Rua da Sé até ao conjunto dos valiosos troféus conquistados em várias modalidades através dos tempos.

Foi a primeira equipa da Região a participar nos campeonatos nacionais de futebol, nunca mais tendo regressado aos campeonatos regionais desde então.

Hoje, cerca de três centenas de jovens praticam actualmente desporto nas modalidades do futebol, basquetebol e hóquei em patins, sendo-lhes assim proporcionado um elevado contributo para a sua formação através de alternativas saudáveis, diversificadas e entusiásticas, tão necessárias nos tempos que correm.

A época de 2005/2006 é mais uma das que perdurará na memória de todos, pois para além da subida à II Divisão de Futebol onde já militou por diversas vezes, é importante realçar a sua participação nos escalões de formação nas mais diversas modalidades.

Assim, nos termos do disposto nos artigos 71º e 73º do Regimento, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em plenário no dia 10 de Maio de 2006, emita o seguinte voto de congratulação:

“A Assembleia Legislativa Regional dos Açores congratula-se pelo facto do Sport Club Lusitânia ter subido à II Divisão Nacional de Futebol.

Clube de gloriosas tradições, o Sport Club Lusitânia vê assim coroado de êxito o seu esforço no campo desportivo durante a época 2005/2006.

Tais vitórias honram a sua direcção e restantes órgãos sociais, enobrecem a Cidade de Angra do Heroísmo, são motivo de orgulho para a Ilha Terceira e enriquecem o Património Desportivo Regional”.

Horta, 10 de Maio de 2006

Os Deputados Regionais do PS, *Francisco Coelho, Cláudia Cardoso, José Gaspar Lima, Osório Silva, António Toste, José San-Bento e Manuel Herberto Rós”.*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

(*) **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se a este voto exactamente pelos feitos do Lusitânia e pela forma como o Lusitânia, com a sua história, com as conquistas que tem realizado ao longo dos anos, tem levado para bem longe das fronteiras, da ilha e da região, o nome da sua cidade e das suas cores.

De resto, é hoje conhecido extra muros como o Lusitânia dos Açores, exactamente na medida em que a sua própria designação representa a dimensão regional que tem.

Não só a nível nacional como em termos internacionais, onde quer que haja um adepto do Lusitânia, há sempre uma grande vontade em preservar essa ligação com o clube.

Ainda há pouco tempo tive o privilégio de me deslocar a Toronto para estar presente na comemoração dos 30 anos do Sport Lusitânia de Toronto e aí também vi a forma como aqueles que da sua terra saíram há muitos e muitos anos, ainda preservam de uma forma bem vincada essa ligação com o seu clube de coração.

Gostaria também de deixar aqui bem vincado que este voto tem a particularidade de assinalar que através da verdadeira prática desportiva repôs-se a justiça que as duvidosas regras do desporto nacional fizeram com que há um ano atrás estivéssemos aqui a aprovar um voto de protesto pela descida administrativa do Sport Club Lusitânia. Isto é, pelo desporto conseguiu-se, infelizmente com um ano de atraso, repor aquilo que as regras do futebol nacional impuseram pondo em causa uma justiça desportiva que é em todos os momentos discutida.

Por isso, assinalando os feitos do Lusitânia, o nome do Lusitânia, a forma como o Lusitânia tem preservado e valorizado a prática desportiva e, sobretudo, pela forma como este ano, um ano depois da situação sobre a qual esta Assembleia se manifestou há um ano, se repôs a verdade desportiva, o PSD vota assim a favor deste voto.

Presidente: Não havendo intervenções, passamos à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com o voto apresentado, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para uma declaração política tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Maria Betânia, numa das suas magníficas canções, canta um hino à liberdade.

Liberdade, palavra mil vezes entoada por grandes poetas.

Liberdade, uma conquista da democracia e por todos apregoada, mas infelizmente por alguns censurada.

É um valor inalienável e como tal tem de ser cultivado e praticado no dia a dia, sobretudo por aqueles que têm responsabilidades públicas e políticas.

Mas, desafortunadamente, o que se nota é que as pessoas têm medo: medo de assumir no emprego e no seio da sociedade aquilo que pensam, temendo represálias, por receio de perder direitos e vantagens para si e para os seus!

E se há medo algo não está bem; se se silencia, vamos no mau caminho; se há perseguição, pior ainda!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O que recentemente se passou no Hospital de Santo Espírito, de Angra do Heroísmo, é bem o exemplo de silenciamento que se quer impor a quem discorde e ouse manifestar livremente a sua opinião fundamentada sobre o Conselho de Administração e a política de saúde.

Quer-se impor a lei da rolha; intimida-se!

Promove-se a “caça às bruxas”, procuram-se “bufos” e fazem-se reuniões ridículas, passando palavras de ordem, para se cerrar fileiras contra o povo; e até se enviam para os jornais abaixo-assinados patéticos, revelando a maior assumpção de culpa que

se poderia imaginar: patognomónico! Entretanto ao povo, chama-se de ingrato, só porque teve a ousadia de publicamente se queixar que é mal tratado!

Demite-se um director de serviço por telefone e fora de horas e no outro dia evoca-se o não cumprimento do plano de actividades para justificar a demissão, mas desta vez já por escrito. Demite-se um director de serviço que acaba a sua comissão dentro de dois ou três meses e alega-se nos jornais que se “trata de alternância de poder”; não se adianta mais porque se trata de um assunto interno do Hospital e anuncia-se um processo de averiguações que mesmo antes de estar concluído aparentemente já produziu resultados.

Demite-se um Director de Serviço, que defende o seu hospital, mas comete – aquilo que pelos vistos foi considerada heresia – de apontar lucidamente o dedo à administração e à tutela, tudo na defesa do ”povo Heróico da Terceira”, para usar as suas próprias palavras.

Mas é preciso que saiba, Sr. Secretário, que o povo não está mais adormecido, está de vigília; de vigília permanente e precisava de um Herói ou de um Mártir. O Sr. Secretário parece-me que lho deu!

Depois é o Sr. Secretário que não se pronuncia, alegadamente porque também acha que se trata de assuntos internos da instituição e não se mete porque quer fazer crer que não tem nada a ver para o assunto; só veio ver a bola e confortavelmente assobia para o lado!

Pergunto-lhe aqui Sr. Secretário, será que concorda com a decisão do conselho de administração?

Que hospital temos e que hospital queremos?

O que quer o povo e porque procura os jornais?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Parece-me bem claro que estamos perante uma intolerável atitude persecutória, um verdadeiro atentado à liberdade de expressão e à livre liberdade de opinião.

A terminar talvez ainda valha a pena deixar para reflexão, um poema de Sebastião da Gama, que cito:

“ Cortaram as asas

ao rouxinol
rouxinol sem asas
não pode voar.

Quebraram-te o bico,
rouxinol!
Rouxinol sem bico
não pode cantar.

Que ao menos a Noite
ninguém, rouxinol!
ta queira roubar.
Rouxinol sem Noite
não pode viver.”

Muito obrigado.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Estão inscritos o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais e os Srs. Deputados Fernanda Mendes, Paulo Gusmão e Clélio Meneses.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Domingos Cunha):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Artur Lima: Relativamente à questão que colocou, tirando os seus poemas, na sua intervenção que fez ontem sobre o Dia da Europa, disse e pugnou pela liberdade, pela justiça e entre outras defesas da própria Europa.

Comungo consigo. Também defendo a liberdade, mas a liberdade tem que ser igual a responsabilidade.

Relativamente ao caso concreto que pôs do Hospital de Angra dir-lhe-ei que a nomeação dos Directores de Serviço está regulamentada pelo Decreto-Lei 310, de 82 (este Decreto-Lei é que impõe quais são as condições e quem são os profissionais de saúde que têm idoneidade e que reúnem os requisitos para serem nomeados, ouvida a Direcção Clínica e proposto ao Conselho de Administração) e o Decreto Regulamentar Regional 12/90, no artigo 44º diz claramente quais são as atribuições e competências dos Directores de Serviço.

Posto isso, é ao Conselho de Administração que compete, por um lado, propor e nomear os Directores de Serviço, como também compete avaliar o seu desempenho e concluir se reúne os requisitos ou não para renovar a sua comissão ou para substituir. Portanto, é um acto perfeitamente normal que acontece na administração e que está perfeitamente suportado pela legislação em vigor.

O Conselho de Administração entendeu fazer a substituição do Director de Serviços de Psiquiatria, é um direito que lhe assiste. Não me cabe a mim interferir na decisão da nomeação de Directores de Serviço. Portanto, não é uma das competências do Secretário, é do Conselho de Administração.

Por outro lado, gostaria de dizer ao Sr. Deputado que, enquanto Secretário dos Assuntos Sociais, nunca, nem antes, nem agora, nem depois, tirei “asas ao rouxinol ou cortei-lhe o bico”, nem o vou fazer. É uma postura e não é essa a minha maneira de actuar.

Qualquer pessoa é livre de expressar a sua opinião, seja a favor, seja contra, em qualquer momento. Agora, também tem que fazê-lo com responsabilidade e se assim for feito cada um assume as suas responsabilidades e toma as iniciativas que deve ter. Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Fernanda Mendes.

Deputada Fernanda Mendes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Artur Lima fez uma declaração política nascida de um mero acto administrativo de uma unidade de saúde, o Hospital de Angra do Heroísmo.

A questão não é se o acto contém em si, ou não, um cunho político, porque pode contê-lo.

A importância desse acto está nas suas causas e nos seus efeitos.

Não há dúvida que neste caso, e o homem é sempre o homem na acção, e, assim sendo, tem de ser reconhecido nesse movimento o que implica sempre uma acção num dado contexto muito específico e muito próprio.

Ora bem:

O Sr. Deputado Artur Lima teve o dom de separar o inseparável e por isso pecou.

O Sr. Deputado Artur Lima pecou porque quis transformar o acto de uma administração surgido num contexto muito específico visando o bem, numa coisa má, injusta e, pior do que isso, persecutória.

O Sr. Deputado deveria saber (e o pior é que sabe!) que quando por qualquer razão, de ordem pessoal e privada, um indivíduo que tem responsabilidades acrescidas, nomeadamente numa instituição de unidade de saúde, por ter um cargo de chefia e por estar a passar por um período de maior vulnerabilidade, incorrendo em riscos pessoais ou outros, é obrigação dos seus superiores e hierárquicos tomarem medidas de ordem preventiva, consentâneas com a situação concreta.

V. Exa., Sr. Deputado, sabe tão bem ou melhor do que eu, que as coisas se passaram desta forma, porque estão contidos na lei os instrumentos para que os conselhos de administração responsáveis pela prossecução da missão das suas instituições, possam e devam tomar as medidas correctas no momento certo.

Por isso não compreendo e não posso aceitar, como política e como pessoa, que o Sr. Deputado tenha transformado uma situação complexa e de difícil gestão, por questões diversas, nomeadamente de teor ético, de respeito pela privacidade, em algo público, nomeadamente em algo público e político.

Tenho pena, Sr. Deputado, que tenha escolhido esse caminho, porque esse caminho em nada abona a classe política já tantas vezes tão mau ajuizada pelos nossos concidadãos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

(*) **Deputado Paulo Gusmão (Indep.):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A questão que o Sr. Deputado Artur Lima aqui trouxe, pelo que percebi, resume-se a uma dúvida: houve ou não interferência do poder político?

Estranho que tendo sido esta questão aqui trazida, a Sra. Deputada Fernanda Mendes, por exemplo, saiba e possa assegurar se houve ou não interferência do poder político, não sendo a Sra. Deputada membro do Governo.

Estranho também que tenha dito coisas que nem o Sr. Secretário teve coragem de dizer.

É evidente que compete também aos parlamentos fazer uma avaliação daquela que é a liberdade dos nossos cidadãos e isso existe ou não quando há climas diferentes.

Há que reconhecer que os Açores estão a passar pelo menos por um clima de suspeição em várias áreas (digo com à vontade de outras matérias que tenho tido conhecimento, não necessariamente a mais mediática, mas também outras) e julgo que é importante, para além desta questão e no âmbito desta questão, o Governo Regional e o Partido Socialista fazerem uma auto-avaliação, senão estão a encaminhar-se para procedimentos que foram a razão da sua vitória em 1996.

O poder ao longo dos tempos vai gerando comportamentos que certamente desvirtuam o princípio pelo qual e com o qual se apresentaram e os cidadãos apoiaram.

Eram apenas estas notas, a respeito desta matéria, que gostava de deixar, sendo que, de facto, sou dos que acho que as questões pessoais não são importantes, mas quando são muitas as questões pessoais e quando a suspeição começa a abrir-se em várias frentes, pelo menos o Governo deve ter a humildade, a coragem de olhar para si como em tempos olhou para outros.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

(*) **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É lamentável que se enquadre uma intervenção de declaração política, como aqui foi feita, recitando-se poemas de outros tempos e de outros espaços, sobretudo para descrever situações que se passam neste tempo e neste espaço.

Isto é lamentável porque estamos perante uma situação que é pública e sobretudo, porque essa situação é preocupante a um conjunto de níveis. Por um lado e desde logo, é preocupante porque está na praça pública, está na convicção de todos os

açorianos que alguém foi penalizado na sua vida profissional por alegado delito de opinião. Isto é gravíssimo para um tempo de democracia, para uma Região que se quer democrática e livre.

Mas é mais preocupante ainda pelas justificações que foram sendo dadas ao longo do processo, quer da parte dos responsáveis da instituição de saúde em causa, quer mais preocupante ainda pelas declarações do Grupo Parlamentar do Partido Socialista quando vem dizer que o problema não é o delito de opinião, o problema será uma alegada incompetência, será por exemplo o não cumprimento do plano de actividades ou alguma incapacidade da pessoa, momentânea, conjuntural e estrutural da sua personalidade, o que só quer dizer isto mesmo, que enquanto essa pessoa esteve calada, enquanto não escreveu um artigo para o jornal, enquanto não criticou o que quer que seja, podia muito bem ficar no lugar.

Por isso é muito preocupante, o que só quer dizer que com esta postura está exactamente a privilegiar aqueles que independentemente das condições que tenham ou não para o exercício das funções, podem muito bem ficar nessas funções, desde que não critiquem o Governo e os responsáveis da tutela.

Essa preocupação ficou bem nítida em todo este processo.

Por isso, se é preocupante punir-se alguém por delito de opinião, é muito mais preocupante que se privilegie, que se permita que alguém fique no exercício de funções públicas só pelo facto de não criticar a governação.

Mas também é preocupante sobretudo porque demonstra o estado da saúde na Região, em que ninguém se entende.

Um sector com a importância social e humana, sobretudo, como é o sector da saúde, e que vive neste estado em que ninguém se entende, deixa preocupados os açorianos e deveria sobretudo deixar preocupados os responsáveis públicos e políticos dos Açores.

Numa Região quando há um problema e alguém se dirige aos médicos dizem que a culpa é da administração ou da tutela. Se alguém se dirige à administração a culpa é da tutela. Se alguém se dirige à tutela a culpa é da administração e andamos para aqui de “Pilatos para Caifás, de Caifás para Pilatos”, demonstrando claramente que o

sector está em completo estado de degradação e que precisa de medidas urgentes e necessárias que regularizem tudo isto.

Mas tudo isto é ainda mais preocupante quando esta não é uma situação isolada, quando surgem notícias de situações exactamente idênticas de punir pessoas por delito de opinião no mesmo sector (exemplo: Centro de Saúde de Vila Franca ou o caso do Delegado de Saúde das Lajes do Pico).

É um conjunto de circunstâncias que vão surgindo da falta de liberdade das pessoas para manifestarem a sua opinião desde que ela seja contrária aos interesses do poder instalado e sobretudo quando sinais de que tudo é permitido desde que fique como está, desde que ninguém agite águas, desde que ninguém critique o quer que seja.

Mais preocupante é quando se assistiu aqui, por parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, à sucessiva e repetida mensagem de que cada vez que a oposição traz a esta Assembleia um problema, cada vez que a oposição traz à Assembleia uma preocupação sobre o estado da democracia, o estado da vida, a saúde das instituições e o bom funcionamento das instituições, está a fazer baixa política, está a usar mesquinhez, não faz oposição, o que se quer dizer é que para este poder mais uma vez fica nítido que não se quer que haja oposição, quer-se apenas que tudo fique como está, esteja bem ou esteja mal.

São, infelizmente os Açores que temos, mas felizmente os Açores que não queremos. O PP, legitimamente, trouxe esta preocupação e o PSD vai continuar a fazê-lo. Vamos continuar a trazer a esta casa as preocupações e os problemas no sentido de também assim promovermos a respectiva resolução.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima para encerrar.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Fernanda Mendes (permita-me a primazia a V. Exa.):

Eu percebo o seu incómodo (e fico satisfeito!) porque já em 2003 estivemos em desacordo com uma situação semelhante. Portanto, percebo que esteja incomodada ainda hoje e que situações destas ainda a incomodem.

Tive o cuidado de não trazer para aqui a vida pessoal e privada de ninguém. A senhora aludiu isso e isso é que é lamentável.

A senhora aludiu a vida privada, pessoal de um cidadão. Isso continua a ser um tipo de preocupação. Esse é que é o caminho que não devemos seguir e foi esse o caminho que eu evitei.

Cingi-me a valores, à liberdade de expressão e de opinião, Sra. Deputada Fernanda Mendes.

Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais:

Se a desculpa fosse essa, a que foi dada por não cumprir um plano de actividades...

Sr. Secretário, sejamos frontais e honestos:

Quantos directores de serviço tínhamos ao serviço?

Ainda para mais quando, como o senhor, dentro de três ou quatro meses acaba a comissão de serviços do respectivo profissional.

Havia necessidade de uma atitude dessas?

O que me leva a concluir e a todos os que aqui estão foi que: o senhor escreveu e que até defende o seu hospital, até dá um contributo para o sistema de saúde, mas silencia-se, castiga-se e pune-se.

Portanto, toda gente, Sr. Secretário, e foi pena não explicar aqui, cumpre o seu plano de actividades que foi feito há 3 anos nos termos do artigo 73º, que se citou. Foi entregue. Foi-lhe dito alguma coisa durante este tempo? Nunca! E o senhor foi nomeado na altura, e muito bem, pela administração porque tinha idoneidade para o ser (era Secretário o senhor Dr. Francisco Coelho).

Foi nomeado porque tinha idoneidade. Perdeu a idoneidade a três meses do fim? É triste!

Depois, Sr. Secretário, se fosse todos para cumprir rigorosamente, eu digo-lhe: estou à espera há 90 dias de um requerimento de V. Exa. que lhe fiz e ainda não tive resposta.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (*Domingos Cunha*): Qual?

O Orador: Veja que o senhor sabe qual é!

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (*Domingos Cunha*): Todos os requerimentos já foram respondidos!

O Orador: Agora, na nomeação dos directores de serviço há responsabilidade hierárquica ou então não precisamos de Secretário.

Se o senhor não tem nada a ver com isso, não precisamos de secretário. Se a administração é autónoma, toma as decisões que quer e entende, mas tem hierarquia e a hierarquia serve justamente para superintender essas coisas. É assim que se faz. É assim que se deve fazer.

Pelo menos fico satisfeito de uma coisa, Sr. Secretário, é que entendeu bem o poema, entendeu bem a mensagem.

Espero é que a seguir, porque começo a ver contornos disso e deixo aqui um alerta, é que não venha mais grave: tirem (sim!) o “pão”, expulsem da função pública ou persigam no seu trabalho ou no seu emprego quem livremente manifestou a sua opinião. Espero que nunca venha a acontecer isso.

É nessa parte que deixo aqui o alerta e essa é da sua inteira responsabilidade, porque o senhor é que vai ter que assinar o papelinho.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Domingos Cunha): E assinarei com a responsabilidade que tiver!

O Orador: Com a responsabilidade que tiver? Bom, então já está a admitir que é a possibilidade que tem um cidadão que manifesta a sua opinião, que defende o seu hospital...

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Domingos Cunha): Não tem nada a ver com isso!

O Orador: Tem sim senhor. Então o senhor tem a ver com quê?

Pergunto: que hospital temos e queremos?

O senhor não responde. Foge às perguntas. Já é hábito.

Pergunto: por que é que o povo se queixa nos jornais?

O senhor continua a não responder. Já é hábito.

O povo vai aos jornais porque indo ao jornal, vê o seu problema resolvido.

Isto é que tem acontecido, é perverso e o senhor não faz nada para evitar isso. Isso é que é a perversidade do sistema e o senhor aceita-a e está a deixar acontecer.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Domingos Cunha): Espere para ver!

O Orador: Fico à espera, Sr. Secretário.

Presidente: Agradecia à Sra. Vice-presidente para ocupar o meu lugar na mesa.

(Neste momento o Sr. Presidente foi substituído na mesa pela Vice-Presidente, Deputada Fernanda Mendes)

Entretanto dou a palavra ao Sr. Deputado Manuel Avelar para uma intervenção.

Deputado Manuel Avelar (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Navegar é preciso!

Desde tempos imemoriais que os Portugueses, ou desde a fundação da nacionalidade, que os Portugueses tinham iniciado as suas actividades marítimas.

Também os açorianos desde os primórdios do povoamento se dedicaram às viagens marítimas, inter-ilhas e a permanente ligação a Portugal.

Portanto, não só por razões económicas, mas também por se dedicarem à actividade piscatória, os açorianos sempre tiveram presente o mar como o factor de desenvolvimento e de união entre as ilhas.

Ao longo dos vários séculos da história açoriana os transportes foram-se desenvolvendo e melhorando, sempre no sentido de reforçar a coesão entre todas as ilhas e entre estas e o resto do País.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na década de sessenta e setenta éramos servidos semanalmente pelos navios “Cedros”/“Lima” e “Ponta Delgada” de saudosa memória e quinzenalmente o “Carvalho Araújo” ligava-nos a Lisboa.

Os “iates” – “Terra Alta”, “Santo Amaro” e “Espírito Santo” faziam a ligação com o Grupo Central, não só de passageiros, mas também carga.

Neste momento, não podemos esquecer o prestimoso serviço prestado pelo “Fernão de Magalhães” hoje já desaparecido, tal como os outros, sobrando ainda o “Espírito Santo” mas já construído em ferro e adaptado aos tempos actuais.

Eram estes “iates”, assim eram conhecidos, que levavam a maior parte dos produtos que a Graciosa produzia – os cereais (produzidos em grande abundância

principalmente na década de sessenta”), o feijão, os alhos, o vinho e muita telha (sobretudo para as ilhas “de baixo” como então se dizia) símbolo já perdido duma indústria que teve a sua relativa importância económica para a ilha Graciosa

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Com o passar dos anos, os “íates” foram desaparecendo e mesmo o “histórico” – “Ponta Delgada” também nos deixou, ficando a Graciosa e outras ilhas dos Açores, durante alguns anos sem transporte marítimo de passageiros.

Com a chegada ao Governo, o Partido Socialista entendeu, e muito bem, dar uma nova dinâmica às viagens inter-ilhas – uma forma de unir os açorianos e levá-los a conhecer todas as ilhas – e aqui devemos salientar os programas de viagens para idosos e jovens facilitando um maior contacto entre gerações e melhor conhecimento das nossas festas tradicionais que se realizam ao longo do verão por todas as localidades.

Foi um objectivo conseguido e por isso o devemos aplaudir. A facilidade com que nos deslocamos, podendo levar viaturas, a passar alguns dias em outra ou outras ilhas vem ajudar o turismo interno e a divulgação das nossas tradições, sabendo nós, e ainda bem, que muitos estrangeiros utilizam estes navios para visitar as nossas ilhas.

Sabemos também que é intenção do Governo, e já estão a ser dados passos significativos nesse sentido, ainda nesta legislatura adquirir novos navios para nos servirem com maior regularidade e qualidade.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Mas com o passar dos anos, algumas situações com estes barcos se passaram e que merecem a nossa atenção – alguns atrasos no início da operação e principalmente os horários, que entendemos, no que à Graciosa se refere, estão com algumas dificuldades.

Embora a nossa ligação e os contactos mais relevantes sejam com a nossa vizinha ilha Terceira, não podemos esquecer que as viagens no Grupo Central são também essenciais, não só para as populações que se deslocam, mas também para a economia.

No que se refere ao esboço de horário para este Verão, apresentado pela Empresa Concessionária do Transporte Marítimo de passageiros e viaturas, podemos concluir que em pelo menos dois terços das viagens, faremos sempre o percurso Graciosa-

Terceira, lá temos de pernoitar e só no dia seguinte seguir viagem. Mais grave ainda (e assim o entendemos) é quando começa a navegar o segundo navio, mantêm-se a opção da maior parte das viagens seguir o mesmo percurso.

Entendemos ser este apenas uma proposta e não horários definitivos, por isso aqui trazemos, a quem de direito, esta chamada de atenção para que os açorianos e todos os que se deslocam aos Açores nesta época, sejam melhor servidos e aproveitem da melhor forma as facilidades que lhes são propostas para viajar na nossa Região.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Está inscrito o Sr. Deputado Luís Henrique a quem dou a palavra.

(*) Deputado Luís Henrique (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Manuel Avelar:

Concordo consigo quando diz que as ligações dos transportes marítimos de passageiros não servem a Graciosa, nem os graciosenses.

Julgo que vale a pena juntarmos todos a nossa voz aqui e pedir a quem de direito para que esse problema seja resolvido e que o melhor ajuste desse horário venha a servir os graciosenses.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Avelar.

(*) Deputado Manuel Avelar (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É essa a intenção, vir aqui trazer esta chamada de atenção para que investimentos tão grandes que a Região faz beneficiem.

Claro que esta chamada de atenção vem no sentido de que a Graciosa está fora do triângulo, estamos localizados mais a norte. Somos poucos, mas não podemos ser preteridos.

Deputado Mark Marques (PSD): Mas são bons!

O Orador: Somos bons, é verdade. Tão bons quanto os outros.

Isto vem porque precisamos de uma ligação forte às ilhas do Grupo Central, ou “ilhas de baixo”, como nós as conhecemos.

São extremamente importantes os horários no Verão. O transporte marítimo é fulcral para o nosso desenvolvimento e também para o turismo, mas essencialmente para o turismo interno, mas esta proposta de horário (na Câmara também aprovámos uma chamada de atenção a quem de direito) não serve a Graciosa.

Em termos globais não podemos ter novamente, pelo menos dois terços das viagens, a irem para a Terceira pernoitar, o que tornaria muito mais caro essa viagem.

Portanto, nisso estamos de acordo e acho muito bem.

Espero que quem de direito e quem tem poder para resolver esta situação tome em conta esta nossa chamada de atenção.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Henrique.

(*) **Deputado Luís Henrique (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Manuel Avelar:

Espero que mais do que uma chamada de atenção, o senhor esteja a fazer uma exigência, porque aquilo que eu faço desta bancada é, de facto, uma exigência ao Secretário para que tome medidas sobre isto.

O facto de nós estarmos mais a norte ou mais a sul, julgo que somos açorianos como os outros.

Eu compreendo que da sua bancada, Sr. Deputado, é difícil criticar o Governo que suporta o Partido Socialista. Não é muito fácil fazer essas críticas.

No entanto, é com o dinheiro de todos os contribuintes e com o dinheiro de todos os açorianos que é pago o transporte marítimo de passageiros quando há prejuízo e quando nós queremos exportar os nossos produtos não o podemos fazer.

Chegámos ao cúmulo na Graciosa de, para enviar meloa para a Ilha de São Jorge, a pessoa ter que enviar a sua viatura para ir carregada de meloas, porque não pode ir no transporte marítimo de passageiros. Mas se a viatura for carregada de meloas já pode ir.

Julgo que estamos a chegar aqui a alguns absurdos que não serve a Graciosa, não serve os graciosenses e, julgo eu, não deve servir os açorianos.

Disse.

Deputado Mark Marques (PSD): Vocês mandem as meloas, que mandamos queijo para trás!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu chamo a atenção aos Srs. Deputados para verem, não a proposta, mas o que já está publicado. Isso já está resolvido.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Luís Henrique.

Deputado Luís Henrique (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta semana, na próxima sexta-feira, dia 12 de Maio, celebra-se o Dia Internacional do Enfermeiro. É nessa qualidade (e à semelhança do que fiz no ano passado) que me dirijo a esta câmara, aproveitando o evento para dar voz a todos os colegas que, de uma forma anónima, todos os dias pugnam pela melhoria dos cuidados de saúde nas instituições da Região Autónoma dos Açores. Não faz sentido celebrar este dia se não se entender que os enfermeiros são profissionais de corpo inteiro, integrados numa vasta equipa de técnicos que lutam todos os dias para combater as dificuldades e carências múltiplas de que o Serviço Regional de Saúde padece.

Começo pela ilha da qual sou natural, e congratulando-me pelo facto de o Centro de Saúde da Graciosa já dispor de um enfermeiro a tempo inteiro, no Serviço de Atendimento Permanente, entre as 08 e as 20 horas, reivindicação antiga, que estou em crer, melhorou muito a qualidade do atendimento dos graciosenses. Porém, não posso deixar de recordar que das 22 às 08 horas do dia seguinte continua apenas escalado um enfermeiro (e só ele) para assegurar todo o Serviço de Internamento mais o Serviço de Atendimento Permanente.

Situação que se repete por vários Centros de Saúde das denominadas "ilhas menores". Facto que, por si só, prestigia que lhe seja dedicado este dia no almanaque internacional.

Congratulo-me também com a contratação de mais um médico para trabalhar no Centro de Saúde da Graciosa. Todos em conjunto vamos certamente contribuir para elevar o nível dos cuidados de saúde dos graciosenses.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Como referi de início, não faz sentido falar deste dia, sem falar do Serviço Regional de Saúde.

Todos nós, por conhecimento directo, ou por relatos na terceira pessoa, denunciámos situações gritantes que ocorrem dia-a-dia nos Serviços de Saúde. Relembro a esta Assembleia que recentemente, Sua Ex^a. o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais denunciou por conhecimento directo de situações que a serem verdade obrigam a intervenção vigorosa e imediata nas instituições de saúde.

Pergunto: que medidas foram tomadas?

O Presidente do Governo Regional, em 20 de Abril, afirmou que o governo "não teme afrontar os privilégios de duas ou três pessoas por instituição, muito bem instaladas".

O Senhor Secretário Regional é desafiado, nesta Câmara, a dizer que privilégios são esses? Que poderes instalados existem?

Sr. Secretário: É certo que a gestão das unidades de saúde, em primeira linha cabem aos conselhos de administração, – não o precisava ter lembrado nesta câmara, – mas a definição das políticas de saúde é da Sua inteira responsabilidade.

Se não lhe cabe a si a responsabilidade da prestação de cuidados, o mesmo não se poderá dizer da garantia da fiscalização desses mesmos cuidados, da determinação de metas, de objectivos e de compromissos assistenciais para com os cidadãos açorianos.

O cargo que ocupa obriga-o a ter uma definição clara e precisa sobre o rumo do Serviço Regional de Saúde.

Pergunto: o que é feito do Plano Regional de Saúde?

- Quais as partes que já foram implementadas?

- Que avaliações já foram feitas?

Certamente responder-me-á com o já habitual relambório de números comparativos sobre o aumento de profissionais de saúde, como se isso não fosse o básico, o inevitável...

Desculpar-se-á com o argumento, também já gasto, de que há profissionais que teimam em não se fixar e outros em que não querem vir para cá trabalhar...

Chegou a altura de contar com os que cá estão, com os que cá querem trabalhar. A reestruturação e remodelação só poderá contar com esses, pois não vale a pena continuar a lamentar a falta daqueles que conosco não querem trabalhar.

Sr. Secretário:

Pergunto-lhe não sobre números, mas sobre:

- Medidas para fazer face à cobertura assistencial aos grupos de risco?
- Medidas para diminuir o desperdício da capacidade instalada no Serviço Regional de Saúde?
- Medidas para fazer face ao sub financiamento crónico do Serviço Regional de Saúde?
- Medidas para aumentar a produtividade do Serviço Regional de Saúde?
- O que foi feito para continuar a implementar as Unidades de saúde de Ilha? (lembro-lhe a este propósito que o diploma foi aprovado pelo 1º Governo Socialista em Julho de 1999, e até ao momento apenas a Unidade de Saúde da Ilha do Pico foi implementada)

Estou certo que são perguntas incómodas e difíceis, mas é a si e ao seu governo que cabe traçar políticas impulsionadoras da concretização das suas respostas...

É a si e ao seu Governo que compete encontrar soluções adequadas...

Penso poder afirmar-lhe, que se tiver o arrojo político para encontrar o caminho para algumas das questões colocadas, da parte dos enfermeiros, poderá contar com o empenho que estes profissionais sempre têm dedicado à causa do Serviço Regional de Saúde.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não posso terminar esta minha intervenção, sem abordar um tema que prejudica a Graciosa e os Graciosenses, ou seja, a proposta de horários dos transportes marítimos de passageiros. Estes servem muito mal a população da Ilha Graciosa. Os horários

dos transportes marítimos de passageiros estão piores do que em anos anteriores. Um exemplo: O navio A, dos 36 toques que faz na Vila da Praia, 32 têm saída para a Praia da Vitória. E qualquer que seja a ligação para outra ilha, só pode ser feita, na grande maioria dos casos, no dia seguinte, pelo que os Graciosenses irão perder dinheiro e tempo.

Outro exemplo: O navio B segue a mesma lógica. Ou seja, dos 20 toques que faz na Graciosa, 18 são com saída para a Praia da Vitória. Assim, continuamos com o mesmo problema do primeiro. Achamos que deviam ser criadas mais viagens em sentido inverso, ou seja, com saída da Praia da Vitória, passagem pela Vila da Praia e ligação às outras ilhas do grupo central, criando-se a possibilidade de ligação com mais ilhas, no mesmo dia.

As Festas do Senhor Santo Cristo dos Milagres da Graciosa, as maiores festas da nossa ilha, realizam-se este ano, entre 11 e 15 de Agosto, inclusive. É a altura do ano que atai mais gente à nossa ilha. Há nessa altura uma maior procura de transporte marítimo com destino à Graciosa.

Perante os horários apresentados, este evento está muito mal servido, visto que o Navio A só faz uma ligação durante as festas, que é no dia 14 de Agosto. O Navio B, também só faz uma viagem nas festas, que é no dia 10, para além da viagem do dia 16, que é já a seguir às festas.

Apelamos ao Governo Regional para que no período festas do nosso Concelho de Santa Cruz da Graciosa, bem como das principais de cada Freguesia, tenham mais e melhores ligações para a Graciosa.

Esperamos que as nossas pretensões possam ser contempladas, para benefício de todos os Açorianos, e especialmente dos Graciosenses.

Disse.

Deputados Clélio Meneses e Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Estão inscritos os Srs. Deputados Manuel Avelar e Piedade Lalanda, o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais, os Srs. Deputados Artur Lima, Pedro Gomes e Rogério Veiros.

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Avelar.

(*) Deputado Manuel Avelar (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quero também fazer daqui uma saudação especial a todos os enfermeiros que trabalham na Região, que trabalham em todo o Serviço Regional de Saúde e também nas IPSS, em todas as entidades privadas, porque são equipas extremamente importantes, em conjunto com os médicos e com os outros técnicos das áreas da saúde que formam equipas, que trabalham em conjunto pela melhoria das condições de saúde de todos os açorianos.

Congratulo-me também, e acho que estamos de acordo, porque foi uma melhoria substancial no nosso Centro de Saúde a chegada de mais um médico. Com 4 médicos podemos dizer que estamos bem servidos. Facilita a vida e o trabalho em equipa.

Em relação ao Serviço de Atendimento Permanente, entre as 8 e as 22 horas, era uma medida que já se falava há algum tempo. Estas situações não se resolvem de um dia para o outro, mas desde o dia 1 de Janeiro deste ano que, das 8 às 22 horas, o Serviço de Atendimento Permanente tem apenas um enfermeiro. É verdade, mas se calhar um dia lá chegaremos. Um passo de cada vez. Andar faz caminho.

Portanto, as coisas têm melhorado. Não podemos dizer que tudo se conseguiu, mas lá chegaremos.

Deputado Nuno Amaral (PS): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Piedade Lalanda.

(*) Deputada Piedade Lalanda (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu não podia deixar de intervir tendo em conta que a minha vida profissional se passou essencialmente na Escola Superior de Enfermagem e assisti, ao longo desses

meus 20 anos de docência, a um período importante na qualificação e na dignificação da carreira de enfermagem.

A Região dos Açores deve muito aos enfermeiros, em particular ao Plano Materno Infantil e à redução da taxa de mortalidade infantil, e deve muito também à enfermagem, hoje em dia como uma profissão reconhecida com dignidade, qualidade e que recentemente viu criada a Ordem dos Enfermeiros em 1998, que tem uma Secção na Região Autónoma dos Açores.

É uma profissão, como todos sabemos, feminina (83% dos enfermeiros na Região são mulheres), e é uma profissão que carece a esse nível de abertura a uma maior participação masculina.

Há um dado. Penso que ainda temos muito trabalho a fazer no sentido de voltar, talvez pela própria história da enfermagem nos Açores, ao reforço dos cuidados de saúde primários e ao reforço dos enfermeiros na comunidade.

Essa foi a maneira como a enfermagem arrancou em força na Região, mas de alguma forma ela “medicalizou-se” com o reforço até em termos de representação do enfermeiro hospitalar, da importância da actividade do enfermeiro nos cuidados de saúde de internamento nos hospitais.

Realmente a mudança de comportamentos e a prevenção têm que ser a pedra de toque do sistema regional de saúde e por isso o reforço dos cuidados de saúde primários e o reforço de práticas tradicionais de enfermagem, como a visita domiciliária, a intervenção na comunidade em parceria com outras entidades, nomeadamente o serviço de acção social, o cruzamento do trabalho feito, por exemplo, nos cuidados aos idosos, entre serviço de acção social e serviço de saúde, é extremamente importante e necessário.

Penso que não é apenas uma questão governativa, é também uma questão cultural de revalorizar o trabalho comunitário mesmo entre os alunos de enfermagem, reconhecendo a importância desta actividade junto das populações prevenindo sobretudo o recurso aos hospitais e, nesse sentido, muito se tem falado na diminuição do recurso à urgência. Passa em grande parte por um trabalho na comunidade e pelo trabalho de enfermagem, por um trabalho em interacção, como digo, com outros parceiros.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Sociais** (*Domingos Cunha*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Luís Henrique:

Também me queria associar à homenagem que fez aos enfermeiros.

Evidentemente que nós tivemos que reconhecer que são parceiros fundamentais e imprescindíveis ao Serviço Regional de Saúde e são fundamentais e imprescindíveis para a implementação de qualquer plano de saúde.

Cada vez mais a saúde faz-se trabalhando em equipa organizada e como tal os enfermeiros fazem parte integrante dessas equipas e é bom também que a nível de cada unidade de saúde se crie essa mentalidade, entre os diversos profissionais, da necessidade e da importância de tirar rendimento da constituição destas equipas. É isso que tem vindo a ser feito em algumas unidades de saúde. Outras com mais ou menos facilidade têm optado por essa estratégia e esperamos, de facto, que no futuro seja uma prática corrente nas unidades de saúde da Região.

Associo-me de facto ao Dia do Enfermeiro prestando-lhe aqui a minha justa homenagem e desejando que cada vez haja mais jovens que também tenham apetência para ir para estes cursos.

Temos feito um esforço no recrutamento cada vez maior de mais enfermeiros para o Serviço Regional de Saúde. Abrimos, como sabe, no ano anterior, 157 vagas para ocupar, ou melhor, para conseguir integrar no Serviço Regional de Saúde todos os enfermeiros que saíram dos dois cursos das Escolas Superiores de Enfermagem de Ponta Delgada e de Angra e ainda com a possibilidade de poder recrutar outros que eventualmente pudessem querer concorrer.

A mobilidade nesta área profissional é muito grande entre as unidades de saúde, se bem que as unidades de saúde saibam e tenham orientações que os enfermeiros que se encontrem em contrato administrativo de provimento, ao fim de um ano, podem passar automaticamente para os seus quadros, abrindo o respectivo concurso, deixando que os novos fiquem para os concursos que se abrirão seguidamente. Com isto queremos dotar o Serviço Regional de Saúde com mais enfermeiros e, ao mesmo tempo, também com o recrutamento de mais enfermeiros, intervir nos custos com o

peçoal, diminuindo não só os horários acrescidos como também as horas extraordinárias.

Quanto à questão dos casos que referiu que eventualmente possam ser passíveis de averiguação da unidade de saúde, quero dizer-lhe que em relação todos os casos que são denunciados e que chegam, directa ou indirectamente, à Direcção Regional de Saúde, são tomadas as iniciativas que sob o ponto de vista do Estatuto Disciplinar dos Funcionários Públicos e eventualmente do Código Ético e Deontológico da categoria tem o tratamento que legalmente lhe é aplicável.

Quanto às questões que pôs quanto aos poderes instalados não lhe vou responder. Se a afirmação é do Sr. Presidente do Governo, é a ele que terá que pôr essa questão. Não fui eu que fiz essas afirmações, por isso abstenho-me de fazer qualquer comentário.

Muito rapidamente, a avaliação da qualidade e da produtividade. Como o senhor sabe, iniciámos essa avaliação nos Centros de Saúde através do IQS - Instituto da Qualidade da Saúde que seleccionou numa primeira fase 7 centros de saúde que já estão nessa fase, os outros se seguirão conforme a disponibilidade do próprio Instituto da Qualidade da Saúde.

Quanto à questão dos programas de saúde posso dizer-lhe que a partir provavelmente do fim deste mês estaremos em condições de iniciar a reformulação daqueles programas que nós consideramos prioritários que são das doenças cardio-cerebrovasculares e da doença oncológica, já que a diabetes e a nutrição já estão implementados e o da saúde oral também. Portanto, muito em breve daremos conhecimento dos nossos planos.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas uma ou duas questões muito simples.

Sr. Secretário Regional dos Assuntos Socais, que balanço faz da actividade da Unidade de Saúde de Ilha, da Ilha do Pico?

Já que se fala em incumprimento do plano de actividades (é outro aspecto), está a cumprir o plano de actividades do Governo e o previsto no Estatuto Regional de Saúde em relação às unidades de saúde de ilha?

Infelizmente, Sr. Secretário, os casos denunciados, às vezes, têm um fim que não é o que se espera. Temos aqui o caso de Santa Maria onde o próprio reconhece que não vai à urgência, porque não tem presença física, que só passará a ir se tiver presença física e o Governo acaba por lhe dar a presença física ao fim-de-semana. Isto são palavras ditas na rádio pelo Sr. Director do Centro de Saúde de Santa Maria, naquele caso passado que o senhor fez um inquérito, que não concluiu por nada, e que concluiu por um prémio ao infractor, lamentavelmente.

Sr. Deputado Manuel Avelar, só para lhe dizer que o excesso de médicos não é, natural e conseqüentemente, sinónimo de melhor medicina e de melhores cuidados de saúde.

Na Graciosa, nesse caso, não sei se até não se configura ali uma situação de favorecimento ou talvez alguma ilegalidade, nomeadamente no que respeita a atribuir a exclusividade ao médico em causa e ao horário de 42 horas. O Sr. Secretário saberá explicar.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(*) **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Luís Henrique Silva da bancada do PSD trouxe a esta câmara uma intervenção sobre saúde.

Deputado Francisco Coelho (PS): E ouvimos, Sr. Deputado!

O Orador: Eu sei que ouviram, mas às vezes é preciso sublinhar o óbvio para que se perceba melhor a intenção com que se faz as coisas.

Deputado Francisco Coelho (PS): Não fiz essa análise da intervenção do Sr. Deputado!

O Orador: A intervenção do Sr. Deputado é significativa, porque volta a trazer a esta câmara o tema da saúde.

Um mês depois do Partido Social Democrata ter desencadeado nesta Assembleia uma interpelação sobre este tema, agora por um Deputado desta bancada volta a trazer-se a saúde à baila, com problemas de uma ilha em específico, com problemas gerais de uma classe profissional, com uma abordagem geral sobre o Sistema Regional e o Serviço Regional de Saúde.

Isto significa que ao contrário do discurso tranquilo do Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais, nem tudo está bem na área da saúde e, sobretudo, significa também que depois de ter ouvido o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais algumas das questões que a bancada do Partido Social Democrata aqui levantou não foram respondidas. E não deixa de ser estranho que o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais que tutela a área da saúde nesta Região, que é no Governo Regional o primeiro responsável pela política da saúde, pela tutela das unidades de saúde do Serviço Regional de Saúde, não tenha sido capaz de esclarecer um desafio lançado pelo Deputado Luís Henrique Silva e pela bancada do PSD.

O desafio tem a ver com uma declaração do Sr. Presidente do Governo Regional, em 20 de Abril de 2006 (há menos de um mês), em Angra do Heroísmo, quando o Sr. Presidente do Governo dizia e volto a citar: “O Governo não teme afrontar os privilégios de duas ou três pessoas por instituição, muito bem instaladas na Administração Pública, seja na saúde, seja em qualquer outro sector”.

A pergunta é, Sr. Secretário:

Que interesses instalados são estes?

Que interesses instalados são estes na saúde que impedem que o Governo governe melhor e que os açorianos tenham melhor política de saúde nos Açores?

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem!*

O Orador: O Sr. Secretário não se pode eximir desta resposta.

O Sr. Secretário, enquanto responsável pela área da saúde, não pode dizer “o Sr. Presidente do Governo que responda”, porque o senhor é que é responsável pela área da saúde.

O senhor tem que dar uma resposta, porque se não a der não está solidário com o Presidente do Governo e então assume também nesta câmara que não subscreve esta

declaração do Sr. Presidente do Governo, porque se subscreve tem a obrigação, enquanto responsável da área da saúde, de responder claramente.

Foi uma pergunta clara (todas as perguntas merecem uma resposta!), feita pelo Sr. Deputado Luís Henrique Silva, repetida por mim, feita pelo PSD nesta câmara e V. Exa., Sr. Secretário, tem a obrigação de responder. Se não responder nós tiramos a conclusão que V. Exa. não está solidário com o Sr. Presidente do Governo, ou então tiramos a conclusão de que não sabe quais são os interesses instalados na saúde, quais são os interesses que impedem a reforma do Serviço Regional de Saúde ou tiramos a conclusão que V. Exa. não quer dizer e assim sonega informações a este Parlamento.

Deputado Francisco Coelho (PS): Ou então faz-se uma Comissão de Inquérito!

O Orador: Não pode é ficar silencioso perante esta interrogação.

Como V. Exa. não pode ficar silencioso também quanto às questões da relação da tutela política do Serviço Regional de Saúde com a autonomia dos centros de saúde e das unidades de saúde da Região. É que para este Governo há autonomia de gestão quando convém e há intervenção da tutela quando é politicamente conveniente.

Já por diversas vezes ouvimos V. Exa. dizer nesta câmara “bem, os horários dos centros de saúde são feitos pelos Conselhos de Administração! As questões de definição, são com os Conselhos de Administração.”

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Domingos Cunha): Está na lei, Sr. Deputado!

O Orador: Eu sei que está na lei, Sr. Secretário, e faça-me a justiça de reconhecer que conheço a lei. Ao menos faça-me essa justiça!

Deputado Francisco Coelho (PS): Modéstia à parte.

O Orador: Neste particular.

Deputado Francisco Coelho (PS): Todas? Todas?

O Orador: Esta. E sei que V. Exa., Sr. Deputado Francisco Coelho, também me concede esta justiça.

Deputado Francisco Coelho (PS): É verdade!

Presidente: Sr. Deputado Pedro Gomes, agradecia que terminasse.

O Orador: Vou terminar já, Sra. Presidente.

V. Exa., Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais tem que esclarecer também esta matéria, porque das duas uma:

Sendo certo que há autonomia administrativa e autonomia funcional dos Conselhos de Administração das unidades de saúde, o que é verdade é que deixa de haver uma tutela política sobre estas unidades. E, ou V. Exa. assume as suas competências de dar orientações às unidades ou não as assume. Essa é que é a questão.

O que queremos saber nesta câmara é se V. Exa. assume a competência de dar orientações sobre matérias de contratação, sobre matérias de uniformidade de funcionamento das unidades de saúde ou não as assume, porque não é uma questão irrelevante e não é uma questão, Sr. Secretário, ao contrário daquilo que V. Exa. disse, de letra da lei. É uma questão de direcção e de orientação política do Serviço Regional de Saúde e essa competência é deste Governo e, sendo do Governo, é de V. Exa.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros.

(*) **Deputado Rogério Veiros (PS):** Prescindo, Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Domingos Cunha):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Pedro Gomes: Volto a dizer que as afirmações do Sr. Presidente do Governo foram feitas num contexto que ele próprio sabe e na altura em que foram assinadas as parcerias público privadas para a concessão e construção do novo Hospital de Angra do Heroísmo.

Nós sabemos que ao termos avançado com esta iniciativa, de facto, pode e veio provocar no sector da saúde alguma inquietação que tem a ver com algumas situações que eventualmente possam estar menos claras ou menos fundamentadas sobretudo nos regimes de trabalho de algumas áreas profissionais.

Eu queria lembrar o Sr. Deputado que uma das dificuldades que o Serviço Regional de Saúde tem e enfrenta é, de facto, a atribuição, por exemplo, de prevenções que vem desde há muitos e muitos anos.

A maioria destas prevenções, apesar de haver uma portaria já do Governo do Partido Socialista, foi dada, como incentivo. As prevenções não são incentivos!

Deputado Pedro Gomes (PSD): Está a falar dos últimos 10 anos!

O Orador: Precisamente por isso, para que depois não venham acusar nem o Governo, nem o Secretário Regional que está a cortar prevenções, que depois não tem médicos especialistas para prestar os cuidados quando são chamados, temos uma entidade externa, credível,...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Sempre houve, incluindo estes últimos 10 anos!

O Orador: ... que vai fazer o estudo exaustivo dessas situações, como de outras, e vai nos dizer, de facto, quem são aqueles que podem ou devem estar neste regime e, quanto à produtividade e à resposta que dão quando são solicitados, efectivamente, se há ou não necessidade de se manter essa situação.

Isto é preciso fazer com uma reforma fundamentada em dados objectivos e concretos e não estar a fazer iniciativas pontuais, nem fazer como se fosse tipo “caça às bruxas”. É isso que nós não fazemos.

Portanto, temos um estudo credível,...

Deputado Luís Henrique (PSD): Não parece!

O Orador: ... realista para podermos tomar medidas estruturantes para o Serviço Regional de Saúde. Isto é fundamental.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Sr. Secretário, já passaram 10 anos. O Governo do PS não tomou posse ontem!

O Orador: Quanto às questões do silêncio, nós só fazemos silêncio quando estamos nessa situação.

Falaremos sempre quando tivermos que falar, esclarecendo aquilo que temos que esclarecer. Não temos problemas. Assumiremos sempre essa postura e essa responsabilidade.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Henrique.

(*) **Deputado Luís Henrique (PSD):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, perante algumas faltas de resposta sou levado a dizer, e ser um bocadinho cáustico, de que a maior dificuldade do Serviço Regional de Saúde é de quem toma as decisões.

O Sr. Secretário no último debate sobre saúde disse que os programas de prevenção eram assacados aos médicos de família. Desde logo, 80 mil açorianos não têm direito a esses programas de prevenção.

Eu pensei trazer-lhe aqui milhentas (milhentas!) situações. Milhentos casos concretos.

Decidi trazer só os casos da minha família para provar que o Serviço Regional de Saúde só funciona para quem tem cunhas, para quem tem dinheiro.

Vou-lhe contar dois ou três casos (se quiser mais, depois passo o resto da tarde aqui, se a Sra. Presidente me conceder tempo)...

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (*Domingos Cunha*): Faça-os chegar por escrito!

O Orador: Não. Eu denuncio aqui os casos, com nomes e tudo, Sr. Secretário. Não tenho problema nenhum.

O senhor diz que está assacado aos médicos de família. Eu vou contar-lhe o caso, por exemplo, da minha sogra.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (*Domingos Cunha*): Escreva!

O Orador: O Sr. Secretário deixe-me só dar-lhe alguns exemplos.

(Aparte inaudível do Deputado Francisco Coelho)

O Orador: Não tenho problema nenhum, porque trago só os da minha família, é que sou responsável, Sr. Deputado. Não se preocupe. É só por essa razão que trago os da minha família, mas a minha família é igual a tantas outras açorianas.

A minha sogra andou 8 meses no médico de família para ser encaminhada para a especialidade de ginecologia.

Enquanto andou no Serviço Regional de Saúde, era um problema que tinha devido ter 70 anos.

Quando passou para a privada, passou com o diagnóstico do Neo. Neste momento, está no IPO em Lisboa a fazer tratamentos. É para vermos como funciona bem o Serviço Regional de Saúde.

Outra situação:

Uma pessoa da minha família foi operada em Coimbra, com um diagnóstico muito reservado.

Para ela se deslocar a Coimbra, com passagens pagas pelo Serviço Regional de Saúde, só foi possível com as cunhas dos Deputados do Partido Socialista que muitas vezes fazem o favor de cuidar dos papéis.

É mentira, Sr. Secretário?

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (*Domingos Cunha*): Desconheço!

O Orador: Tem quem o sabe informar.

Não duvide, Sr. Secretário, nem faça conta que não sabe.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (*Domingos Cunha*): Já fez alguma denúncia?

O Orador: Eu estou a denunciar...

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (*Domingos Cunha*): No campo ético e deontológico tem que denunciar!

O Orador: ... e já denunciei várias vezes. Mas o que é que serve denunciar? Todos nós denunciámos e actuamos como?

Eu estou a denunciar, Sr. Secretário.

Todos nós conhecemos estas situações. O senhor não conhece situações destas! O senhor não conhece situações de que o Serviço Regional de Saúde funciona mal!

Presidente: Sr. Deputado Luís Henrique, acabou o seu tempo. Agradecia que terminasse.

O Orador: Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima** (*CDS/PP*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário não respondeu às minhas perguntas, obviamente. Entreteu-se nas Unidades de Saúde de Ilha.

Sr. Secretário, eu faço-lhe um apelo:

Já chega!

Ninguém está contra as prevenções. As pessoas têm que ser pagas pelo seu trabalho.

O que estamos contra, Sr. Secretário, é que estejam de prevenção e não vão ao serviço. É isso que acontece e continua a acontecer. Aqui denuncio novamente e denunciarei sempre.

Não é questão de ganhar ou de não ganhar. Isso a mim não me interessa.

O que me interessa é que cumpram com a sua obrigação. E o senhor sabe que não cumprem, todos os dias!

Demoram 2, 3, 4, 5 horas, um dia. Às vezes estão a pescar, outra vez estão em casa, estão aqui, estão ali, estão onde querem e têm a obrigação e um Estatuto para cumprir. Isso é que é preciso, Sr. Secretário.

Não venha com a chantagem política e emocional de que as pessoas podem ficar sem cuidados de saúde por causa das prevenções e dos especialistas, etc.

Não é a questão do dinheiro!

Pague-se e pague-se bem! Mas exija-se o cumprimento da sua obrigação. É tão só isso, Sr. Secretário, para ficarmos esclarecidos daqui para o futuro.

Eu não sou contra nenhuma prevenção.

Há umas que não têm razão de existir, como já o senhor insinuou aí e fora daqui algumas vezes. Eu sou contra quem não cumpre e quem ganha dinheiro e bem, para não cumprir o seu dever, como todos nós cumprimos.

Permitam-me agora, porque me esqueci, uma homenagem às senhoras e senhores enfermeiros, a todos os profissionais de saúde e, sobretudo, à razão da existência deles todos, aos utentes e aos doentes. Fica aqui a minha homenagem!

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(*) **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como de costume, aos costumes o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais disse nada.

Não deu nenhuma resposta concreta.

Não esclareceu nenhuma questão.

Rematou dizendo que no futuro vai fazer, no futuro o Governo irá produzir legislação, no futuro irá acontecer.

O que é verdade é que o Governo chega tarde na área da saúde.

O Governo está atrasado na área da saúde.

Está 10 anos atrasado na área da saúde!

Deputado José San-Bento (PS): Mais uma Comissão de Inquérito!

O Orador: É que é preciso lembrar que só agora, dia 20 de Abril de 2006, é que o Governo, finalmente, assinou com uma empresa de consultadoria a prestação de serviços de auditoria aos hospitais da Região. Só em 2006. Depois do anterior titular da pasta dos Assuntos Sociais, agora Deputado Francisco Coelho, nesta câmara, em Setembro de 2003, ter dito que essas auditorias iam ser realizadas. Levaram 3 anos para iniciar essas auditorias. É tempo demais.

O Governo está atrasado nesta matéria!

V. Exa. está atrasado nessa matéria, Sr. Secretário, porque num Governo, presidido pelo mesmo presidente, do mesmo partido, e um governo que se assume de continuidade.

V. Exa. continua a política dos seus antecessores!

V. Exa. não começou de novo!

V. Exa. não está de novo!

V. Exa. está neste Governo para continuar a política dos seus antecessores, porque essa é a matriz deste governo, inscrita no seu programa de Governo, aprovado nesta câmara pela maioria do Partido Socialista.

O Governo está atrasado no cumprimento de um conjunto de promessas que se têm vindo a acumular ao longo dos últimos 10 anos e que conduzem ao descalabro financeiro e de assistência do Serviço Regional de Saúde.

Para que as coisas fiquem mais claras, Sr. Secretário, quando à matéria dos interesses, a qual V. Exa. não respondeu, é preciso dizer que o Sr. Presidente do Governo – e vou citar o GACS, para não haver dúvidas – dizia:

“Na Administração Pública sempre houve várias qualidades de pessoas...”, a expressão não é minha, é do Sr. Presidente do Governo,...

Secretária Regional do Ambiente e do Mar (Ana Paula Marques): E é mentira?

O Orador: "... umas que acham que estão na Administração Pública porque nasceram para mandar, outras que acham que é porque nasceram para empatar. Nem sempre todas estão para servir".

Sr. Secretário, o que é que isto quer dizer?

Vozes dos Membros do Governo Regional: O que é que isso quer dizer?

(Apartes inaudíveis dos Deputados das bancadas do PS e do PSD)

O Orador: Eu espero, Sra. Presidente, que estas interrupções sejam descontadas no meu tempo de intervenção.

Aguardarei com calma que a câmara se acalme, a bancada da maioria e a bancada do Governo, para depois concluir. Não tenho pressa. Já que está a descontar o meu tempo, aguardarei serenamente.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais, Srs. Membros do Governo:

Se há problemas de legalidade como V. Exa. insinuou aqui...

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Domingos Cunha): Ninguém falou em legalidade!

O Orador: ... quanto à atribuição das prevenções; se há problemas de legalidade como o Sr. Presidente do Governo deixa transparecer na declaração que faz sobre a Administração Pública, Sr. Secretário, se há questões de legalidade, de cumprimento ou de incumprimento de normas, V. Exa. tem uma solução muito simples:

V. Exa. pode pôr a funcionar a Inspeção de Saúde, que não funciona.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Domingos Cunha): Como é que vai funcionar uma coisa que não existe?

O Orador: Não há? Com certeza, não há!

Ponha-a a funcionar e então os problemas de legalidade serão investigados. As questões da legalidade resolvem-se no plano da ilegalidade.

As questões políticas, de tutela política, de orientação política, resolvem-se no plano político, e essas sim, são fiscalizadas por esta Assembleia e é a essas que V. Exa. não consegue dar resposta, porque não pode dar resposta.

Creio, Sr. Secretário, que o seu destino político, enquanto Secretário dos Assuntos Sociais, está traçado à semelhança do que sucedeu com todos os seus antecessores ao longo destes 10 anos de governo.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Henrique.

(*) **Deputado Luís Henrique Silva (PSD):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu não vou agora falar dos casos práticos. Vou passar a outro aspecto.

O sub-financiamento do Serviço Regional de Saúde e das Unidades de Saúde levou a que vários Conselhos de Administração pagassem coimas.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Domingos Cunha): Não é verdade!

O Orador: Ainda não pagaram, mas vamos ver se vão pagar ou não. Elas estão publicadas.

Eles estão a cometer algumas ilegalidades, mas estão a cumprir orientações da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, ou então aquilo que disse no início da minha última intervenção é verdade, é não se decidem, nem governam.

Pergunto: o que é que o senhor tem a dizer a isto, ao facto de tantos Conselhos de Administração terem que andar fora da lei, com o sub-financiamento crónico das Unidades de Saúde?

Por outro lado, o senhor no último plenário disse que a responsabilidade dos alertas, ou do estado de prevenção, ou do estar na urgência nos centros de saúde nas ilhas que não têm hospital, é da responsabilidade dos Conselhos de Administração. Nós não aceitamos isso. Não é possível que seja assacada essa responsabilidade aos Conselhos de Administração.

Há um determinado médico, numa determinada ilha, que era defensor que devia haver presença física durante x horas. Esteve no Conselho de Administração – deixou o Conselho de Administração, saberá ele porquê – mas nunca conseguiu implementar a medida que tanto defendia.

Portanto, não deve competir ao Presidente do Conselho de Administração decidir essa matéria.

É, de facto, sobre estas medidas estruturais do Serviço Regional de Saúde que o Sr. Secretário não nos diz que medidas a tomar, que posições tem, o que define para o futuro.

Por que é que a ilha do Pico tem 3 centros de Saúde de prevenção à mesma hora, e as Flores, a Graciosa e a Calheta não têm?

Por que é que a Unidade de Saúde de Ilha de São Jorge não avança? Porque o Sr. Secretário é da Calheta e depois tem medo de ir lá passar férias quando desventrar o Centro de Saúde da Calheta? Não, espero bem que não!

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (*Domingos Cunha*): Nunca tive medo. Vou lá todos os anos!

O Orador: Por que é que não avança?

Por que é que estas medidas não são claras?

Por que é que estas medidas não são decididas para sabermos qual é a política de prevenção ou não nas ilhas mais pequenas.

A Graciosa, de facto, tem 4 médicos.

Diz-se que um médico tem 100 utentes, mas na urgência não notamos melhoria porque continuamos a ter um médico de prevenção e às chamadas.

Pelo menos se o médico estivesse lá, diminuiria o risco dos grandes acidentes.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo Meneses*): Qual é o problema?

De uma ponta da Graciosa à outra, quanto tempo se leva?

O Orador: Sr. Secretário, isso é muito bonito de dizer. Quando o senhor estiver com um enfarte e ficar meia hora à espera de um médico, de certeza que não vai achar muita graça. O senhor não vai achar muita graça ficar com um enfarte, meia hora, à espera que o médico chegue, sem recursos, sem exames complementares de diagnóstico. Desculpe, mas o senhor não vai achar muita graça!

Na urgência, não achamos graça quando são os nossos familiares que lá estão à espera de um médico.

São estas as questões que o Sr. Secretário leva continuamente sem dar resposta, sem apontar caminhos e sem dizer qual é a sua posição nestas matérias.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Sociais** (*Domingos Cunha*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Luís Henrique:

A competência da aplicação e da implementação da política de saúde na região é do Secretário. É minha, neste momento, e enquanto for Secretário. Portanto, assumo-a por inteiro.

A política está traçada, a organização do Serviço Regional de Saúde está traçada, a atribuição e o funcionamento das Unidades de Saúde estão definidas e avaliadas.

Voltando atrás um bocadinho e respondendo ao Sr. Deputado Pedro Gomes, quando diz que não sou solidário com o Sr. Presidente do Governo nas afirmações que fiz, eu sou solidário.

Ele assume. Eu também assumo.

Todos nós conhecemos algumas situações e estamos a trabalhar para as ultrapassar.

Respondendo ao Sr. Deputado Artur Lima e ao Sr. Deputado Luís Henrique, a Unidade de Saúde da Ilha de São Jorge, está no Sr. Secretário da Presidência para ser agendada em Conselho de Governo. Este assunto está ultrapassado.

Quanto à questão da deslocação de doentes, está regulamentada pela Portaria Regional como é que se faz a deslocação de doentes, pelo regime normal, ou pelo regime de urgência. Cabe ao médico responsável fazer os contactos que deve fazer com as Unidades de Saúde de referência e deve referenciá-lo.

Outra situação, é que nós já detectámos que há situações que são perfeitamente tratáveis e são perfeitamente controláveis nas Unidades de Saúde da Região, porque estão equipadas para esse fim, e como tal não se justifica a autorização para irem para Coimbra, Lisboa, Porto ou Vila Real.

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Cada caso é um caso, Sr. Secretário!

O Orador: Se se justificar, com certeza que a Unidade de Saúde de referência, identificadas as situações, se entender referenciar, continua a referenciar.

E só para lhe dizer, nós pagámos em deslocação de doentes e de acompanhantes, até ao primeiro trimestre de 2005, 5.6 milhões de euros, com deslocação de doentes e de acompanhantes.

Portanto, está em vigor o suporte que permite isso.

É evidente que a competência de fazer deslocar ou não é do médico e é da entidade que vai ser referenciada e, quanto a isso, não vamos ultrapassar nem debater mais essa situação.

No que se refere ao funcionamento da Unidade de Saúde da Ilha do Pico, pela avaliação que temos, tem sido altamente benéfica para a população daquela ilha.

Posso dizer, inclusivamente, que o plano de deslocação de médicos especialistas à Ilha Pico, para este ano, contempla ainda outros especialistas com maior número de deslocações, o que vem dar maior cobertura à população.

Portanto, a articulação entre unidades de saúde regionais e também com as unidades de saúde nacionais, quando a nível regional não há capacidade de complementar, também é possível pela legislação em vigor. Estão criados os mecanismos para que o Serviço Regional de Saúde tenha capacidade de resposta em tempo útil, quer pelos seus próprios recursos que vamos continuar a investir e a apoiar, quer para recorrer a instituições quando nós esgotamos a nossa capacidade de intervenção.

Uma última palavra para dizer que vamos continuar este rumo, vamos continuar esta política, vamos continuar a intervir na questão do controlo dos custos com a saúde, sabendo que há múltiplos factores que interferem nesta situação, mas fico com a certeza de que muito em breve virá a esta Assembleia uma proposta de reorganização e da reforma do Serviço Regional de Saúde que será possível encontrar e debater entre todos os parceiros e recolher as opiniões e pareceres que forem úteis para ganhar nesta área.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Henrique.

(*) **Deputado Luís Henrique Silva (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, já agora perguntava-lhe para quando essa proposta e essa grande alteração de fundo do Serviço Regional de Saúde?

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Domingos Cunha): Já lhe disse. Brevemente!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Isso é resposta? Um mês? Dois meses? Um ano?

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Domingos Cunha): Pode ser dois meses ou três meses!

Presidente: Não havendo mais inscrições dou por encerrado este debate.

Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sem relutância todos os que aqui estão seriam peremptórios ao afirmar que a educação é um bem inestimável ao desenvolvimento das sociedades modernas. Acepção indiscutível na verdade. E como vamos de educação? Se olharmos para os 30 de anos de democracia que passaram podemos afirmar sem rodeios que estamos muito bem, porque se progrediu assinalavelmente e a escolarização de massas concretizou-se; mas se olharmos para a frente podemos dizer que o caminho é ainda longo, sobretudo nesta Europa alargada em que o *ranking* dos países nos remete para lugares menos honrosos e aí titubeamos. Porém, esta comparação deve exigir de nós duas percepções que são reais. A primeira é a de que partimos com um atraso significativo em relação aos demais países que, em alguns casos, ultrapassa os 20 anos. A segunda é que este facto não deve servir de desculpa, e que o nosso verdadeiro objectivo deve ser o de atingir a performance dos países do topo da tabela. Na última semana de Abril o Grupo Parlamentar do PS realizou as suas VI Jornadas Parlamentares subordinadas ao tema «**Melhor educação: uma responsabilidade de todos**». Destas, foi possível concluir que o desenvolvimento do sistema educativo é um caminho longo, mas não utópico; sinuoso, mas não intransponível, exigente mas desafiador, e sobretudo, um caminho desejavelmente inacabado. Do ponto de vista regional, fizemos o balanço do muito que evoluímos e das dificuldades com que nos deparámos neste percurso. A dos interesses instalados, a da vagarosa mudança de mentalidades, a de uma oposição desmotivada, e continuamente atada ao pormenor e à questiúncula, esquecida dos reais problemas da sociedade, e cavalgando sedenta os focos de descontentamento que encontra com argumentos de cariz pró-sindical, e frequentemente auto-dispensada da necessária colaboração nas questões essenciais. Na verdade quase sempre mais demitida das suas responsabilidades, como temos visto esta sessão, do que empenhada no futuro da Região.

Nas VI Jornadas do Grupo Parlamentar do PS analisou-se a proposta de DLR sobre a adaptação do Estatuto do Pessoal Docente à Região, debateu-se a proposta naquilo que são as suas virtudes e as suas eventuais fraquezas, e não o quisemos fazer sozinhos, trouxemos o proponente e contámos com a presença dos sindicatos de professores da Região que nos apresentaram os meandros da negociação do diploma, num exercício que é afinal apanágio do Partido Socialista: o de convocar várias perspectivas, o de promover o diálogo e o de continuar a ser um partido disponível para a sociedade civil e para o debate, interessado na saudável luta partidária e alheio à intriga de bastidores. Um exercício que demonstrou a sua pertinência, na medida em que foi capaz de iluminar novas perspectivas, e de promover o que o PS continua a entender como essencial à democracia – o exercício do contraditório.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para nós é sempre tempo de se pensar a educação. Orgulhosos das nossas conquistas mas atentos ainda às dificuldades. Às do país e às da Região. À que temos e à que gostaríamos de ter. Sem ignorar os progressos que em matéria de educação o nosso país tem tido. Em 30 anos de democracia e depois de 27 ministros da educação foi possível termos um sistema de ensino estruturado, uma educação generalizada, com ofertas formativas diversificadas e com um investimento sem precedentes, reconhecido aliás – é bom salientar – pelo último relatório anual da Comissão Europeia que analisa o estado de progresso dos objectivos definidos pela Estratégia de Lisboa.

A recuperação que se deu em Portugal é, a todos os níveis, assinalável. Contamos hoje com dois milhões e quinhentos mil alunos no sistema educativo português quando há quarenta anos tínhamos menos de metade. Obviamente tudo isto tem custos. A generalização do ensino não se faz pacificamente. E não se fez! Trouxe consigo novas dificuldades e outros problemas. Para os quais ainda não se encontrou a solução certa, enquanto paralelamente precisamos de continuar o esforço por melhorar a nossa performance nos parâmetros europeus.

A educação tem sido sucessivamente encarada como um desígnio nacional. Nos últimos 20 anos sucessivos programas de governo deram-nos conta de que a elegiam como prioritária e, no entanto, esta continua a ser uma prioridade não totalmente

conseguida, fruto de um cumprimento modesto dos objectivos a que todos invariavelmente se propuseram se o analisarmos do ponto de vista dos seus resultados, sobretudo nas comparações com a União Europeia. Na verdade somos poucos, a União Europeia exige-nos que sejamos mais qualificados, para que possamos ser também mais competitivos e nós vamo-nos desvanecendo nos últimos lugares das estatísticas, *ex aequo* com a Grécia e muitas vezes ultrapassados em alguns indicadores pelos países do alargamento.

Somos poucos e sendo poucos temos que ser muito melhores. O atraso que nos separa dos países mais desenvolvidos radica, em larga medida, no insuficiente nível de qualificação da população portuguesa.

Num país que vê esgotada uma das suas bases produtivas – a agricultura – é tempo de se abalançar no desafio da fileira do conhecimento. Apostando numa formação profissional adequada, mas não manietadora de desenvolvimentos futuros, diversificando caminhos, aproveitando através do CRVC a valorização das aprendizagens feitas em contexto não formal de educação e investindo no ensino secundário como o patamar mínimo de referência para a qualificação dos nossos jovens e adultos. O Governo da República anunciou recentemente a iniciativa «Novas Oportunidades» com vista à qualificação dos portugueses e que assenta em medidas que vão precisamente neste sentido.

É de justiça que se reconheça também que grande parte das medidas que agora arrancam no todo nacional estão já em plena implementação na Região. Falo da aposta inquestionável no ensino profissional que neste momento retém cerca de 30% dos alunos do nível secundário. Falo da formação de base dos activos. Falo do desenvolvimento do Sistema de Reconhecimento e Validação de competências. Falo da autonomia das escolas. Falo da racionalização do parque escolar disponível. Falo da melhoria do investimento em infra-estruturas e apetrechamento. Falo da estabilização do corpo docente. Tudo isto está em plena aplicação na Região com um sucesso inegável e com resultados visíveis.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Actualmente deparamo-nos com a diminuição generalizada da população escolar, tendência já registada na última década, que afectará sobretudo o ensino secundário,

tornando-se urgente reforçar as medidas de combate ao insucesso escolar e à saída precoce do sistema educativo. Os dois fenómenos estão relacionados na medida em que o segundo normalmente precede o primeiro, actualmente em Portugal cerca de $\frac{1}{4}$ da população dos 18 aos 24 anos não concluiu o 3º ciclo nem se encontrava a frequentar a escola. Se é verdade que o país registou uma quebra acentuada desta taxa em 10 anos (nos censos 1991-2001), passando de 12.5% para 2.7%, não deixa de ser significativa a diferença que nos separa não só da média europeia mas igualmente do nosso parceiro mais próximo, a Espanha.

Desta análise podemos retirar duas conclusões: a de que o abandono escolar parece estar muito mais relacionado com a idade do aluno, do que com o ano que frequenta e ser, geralmente, precedido de histórias de insucesso repetido; e a de que o insucesso se verifica com maior incidência na mudança de ciclo, o que significa que podemos estar perante um sistema de ensino com ainda uma grande desarticulação entre os diferentes ciclos, e se revela incapaz de propiciar a transição pacífica entre eles.

O problema do abandono escolar não se confina à saída precoce do aluno do sistema de ensino, mas está sobretudo relacionado com a indisponibilidade permanente deste para a aprendizagem, e as dificuldades posteriores de ordem pragmática que terá necessariamente que enfrentar, como sejam as dificuldades em interpretar enunciados, em comunicar verbalmente e por escrito e em tomar parte no processo de educação ao longo da vida.

Este problema exigirá uma acção política efectiva e consistente. Segundo o relatório da Comissão Europeia de 2004 sobre os progressos relativamente aos «objectivos da educação e formação» a percentagem da população com idades entre os 18 e os 24 anos com apenas a educação secundária e sem frequência de qualquer tipo de formação contínua, é em Portugal de 45.5% enquanto que a média da União Europeia se situa nos 18.8%. O mesmo se diga dos números que apresenta sobre a educação noutros estádios da vida, como sejam os cursos de formação dados pelas empresas em que se verifica que enquanto que a média da União Europeia é de 7 horas por cada mil de trabalho, em Portugal são apenas 4, isto para não falar de países como a Finlândia em que são 11 ou a Dinamarca em que sobe para 14.

Outra das questões que se levanta com pertinência e que deve ser reavaliada é a da alocação do investimento, ninguém tem dúvidas acerca do aumento do investimento em educação nas últimas décadas, mas os seus resultados continuam a ficar aquém do nível de investimento, o que deriva provavelmente da deficiente elencagem de prioridades. Na verdade a diminuição da população escolar deve levar a que ponderemos a construção de mais infra-estruturas escolares, quando se calhar estas já não se constituem como prioridades. Por outro lado, o investimento em recursos humanos, embora tenha aumentado, continua a ser inferior ao de outras áreas dos programas de governo dos diversos países da União Europeia, razão pela qual o Relatório da Comissão alerta para a necessidade de se reordenarem as prioridades de investimento, no sentido do aumento da competitividade da economia da maioria dos países. E denuncia o crónico sub-investimento em recursos humanos de que a Europa padece áreas relevantes como o ensino superior, a educação de adultos e o treino vocacional.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na verdade, a educação deve ser, do nosso ponto de vista, encarada à luz de três premissas essenciais. A primeira baseada na necessidade de recentrarmos o enfoque do problema no seu real protagonista: o aluno, que deve ser, ele sim, encarado como o centro de todas as políticas educativas. No século XXI é tempo de se perceber o que os gregos e os romanos já sabiam há muitos séculos antes de nós: que os alunos são o incontornável centro do sistema educativo.

A segunda dando um papel relevante aos pais e convocando-os como co-responsáveis do sucesso educativo dos seus filhos. A terceira questão prende-se com a forma como a escola – sede da operacionalização das políticas educativas por excelência – dá resposta às necessidades dos alunos e instiga à questão fundamental: o gosto de aprender.

Na verdade, a questão da educação e da preparação do futuro dos jovens é, frequentemente, uma das funções mais valorizadas social e familiarmente. Se pensarmos que os indivíduos, ao acederem aos sistemas educativos formais, aí permanecerão parte bastante significativa das respectivas vidas é legítimo que se repense o papel da escola na potenciação deste tempo. Mas, a saúde da escola é, antes

de mais, uma responsabilidade colectiva. De todos. E tanto de uns como de outros. Tanto dos agentes educativos como da sociedade em que se insere. Tanto dos pais como dos professores. Tanto do governo como da oposição. E a ambição do Partido Socialista radica neste inconformismo de se fazer sempre mais, sempre melhor, e mesmo quando aquilo que fizemos se revelar ineficaz.

Os governos do Partido Socialista alteraram a perspectiva como a educação vinha sendo encarada, excessivamente centrada nas questões instrumentais, da escola, do professor, dos *curricula*, e **transferiu, e bem, para o aluno o principal papel**. O único aliás que ele podia efectivamente ter. Lembro a integração nas escolas de alunos com Necessidades Educativas Especiais, lembro a avaliação do desempenho, lembro a reestruturação do ensino recorrente, lembro a criação dos cursos do PROFIJ, lembro a aposta no ensino profissional, lembro as alterações ao concurso do pessoal docente, lembro a reorganização curricular.

Porém, a escola continua a ser um sítio arredado dos interesses da maioria dos alunos, aprender é um prazer desde que feito num espaço alheio ao espaço formal da sala de aula. É este o grande desafio da escola actual: tornar-se apelativa, significativa, e útil. Na miríade de apelos a que os nossos jovens estão sujeitos a escola é o lugar onde eles são mais fugazes, menos bem interpretados, mais repudiados, fazendo com que eles não se revejam na nossa escola. E a nossa escola não lhes diz o que pode fazer por eles. Pela sua formação, pela sua motivação e pelo fascínio do conhecimento. Não se apercebe muitas das vezes da sua desadequação à realidade. Se as aprendizagens não forem significantes não serão potencialmente aprendizagens.

É urgente fazer da escola o lugar onde tudo acontece e não uma espécie de arquivo obsoleto de um passado que momentaneamente parece não interessar aos alunos. O primeiro passo é, portanto, o de tornar a aprendizagem significativa. Apostar nos primeiros anos de escolarização numa cultura de aprendizagem permanente fará dos cidadãos futuros gente disponível para a melhoria das suas competências, requisito essencial a uma sociedade baseada no conhecimento.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Simultaneamente a escola não tem sido capaz de convocar eficazmente os pais.

Estes mantêm com aquela ainda uma distância significativa e, ao que parece, difícil

de inverter. Por duas ordens de razões: a primeira de cariz tradicional que deriva da fraca escolarização que possuem, o que contribui para o pouco prestígio que atribuem à escola e para a desvalorização das aprendizagens académicas. Este facto conduz ao desinteresse que se verifica nas reuniões promovidas pelas escolas nas quais se encontram, maioritariamente, pais com formação média e superior. Diz-se, aliás, entre os professores, que estão lá aqueles que menos precisariam de estar.

A segunda prende-se com o modelo de gestão escolar adoptado que não privilegia a aproximação. Desde a marcação do horário das reuniões, geralmente incompatível com o horário laboral, à linguagem hermética utilizada, e a dificuldade em fazer chegar a todos informação sobre a significativa variância actual da oferta educativa que fizemos (os Governos do Partido Socialista) aumentar exponencialmente nos últimos anos. É imperativo que se trabalhe no sentido de revitalizar as associações de pais e da valorização do papel do pai ou encarregado de educação na escola. A criação na Região da figura do tutor, em substituição da figura obsoleta do director de turma, é uma das medidas impulsionadoras da alteração deste estado de coisas.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Incapacidade revelada nos últimos 10 anos!

A Oradora: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Finalmente a escola surge como o terceiro vértice desta problemática. Com as suas limitações mais de carácter material do que formal. Num quadro de qualidade de infra-estruturas e de equipamento, ao nível de outros países europeus, mas ainda acanhada na sua capacidade de motivação. A alteração passa pela reconceptualização do modelo, ainda excessivamente centrado no triângulo sala de aula, turma, postura expositiva do professor. E passa pela capacidade de oferta do seu corpo docente. Pela inversão do tradicional afastamento do trabalho de equipa, que faz com que cada professor funcione como indivíduo no qual se esgotam as ofertas de formação. Existe ainda uma incipiente preocupação com a interdisciplinaridade, bem como com a necessidade concertada de se articularem posições entre os mesmos professores de um mesmo ano ou nível de ensino.

A profissão docente tem actualmente novas exigências, e do professor solicita-se o que está na sua esfera de competências e o que está fora dela. Simultaneamente, há

uma óbvia pressão social para que o professor deixe de ser o transmissor de conhecimentos para ser um guia do processo de ensino, não se pode por isso aceitar que o seu recrutamento seja feito exclusivamente pela nota de curso, quando sabemos que esta nada diz do candidato ou pode dizer o que menos interessa à escola. É urgente um controlo rigoroso do acesso à profissão, que pode ser operacionalizado através de provas de avaliação da capacidade para o ensino, como as recentemente propostas pelo Ministério da Educação.

A escola anuncia que privilegia hoje o processo, o saber fazer em detrimento do saber, mas insiste numa avaliação centrada nos conhecimentos e na capacidade que os alunos têm ou não de atingi-los. A educação escolar deve assegurar outras aprendizagens e, sobretudo, avaliar outras competências para além daquelas que são os conhecimentos científicos. Simultaneamente é necessário estimular os professores para que deixem ou sejam menos especialistas em determinadas disciplinas, para assumirem o papel de profissionais da educação.

A escola tem demonstrado, em alguns aspectos, ter uma visão desfasada da realidade, pródiga a reproduzir as desigualdades sociais, incapaz, muitas vezes, de se tornar verdadeiramente significativa, e, por isso, auto-comprometendo o seu futuro. E o mundo responde-lhe com os desníveis sociais que aumentam o desfasamento entre o Norte e o Sul, o concomitante deslocamento de pessoas do Sul para o Norte, e da Europa de Leste para os restantes países da Europa. Não é mais possível encarar a escola de hoje como a de há uns anos atrás, já que temos novos vectores para gerir: nomeadamente o facto incontornável de que o Portugal de hoje é um país de acolhimento com um sistema educativo que engloba cerca de 81.000 crianças e jovens de origem estrangeira que na esmagadora maioria dos casos não dominam a língua veicular da aprendizagem.

Aprender com prazer é seguramente o mais sólido pilar da educação que se quer para os portugueses, ao longo de toda a vida. Um país qualificado tem necessariamente de estar disposto a aprender e a auto-melhorar-se permanentemente, só assim seremos mais competitivos. Evidentemente isto passa pela formação profissional que se deve estender ao longo do percurso de vida dos cidadãos. A educação ao longo da vida está a ressurgir com força, precisamos de construir um edifício estruturado, entrosado

com o mercado de trabalho, e capaz de dar resposta às necessidades reais. Estes novos projectos questionam a própria organização tradicional do sistema de ensino, e comprometem-na mesmo, diria. Porque sabemos bem que não se aprende da mesma forma em fases etárias diferentes, nem com a mesma motivação e que a carta de princípios da União Europeia não consegue ter força anímica para disciplinar a diversidade de contextos educativos com que os diferentes países se confrontam.

E, sobretudo, a sua abrangência obriga a que todos se comprometam com este objectivo: governos, associações, sindicatos, instituições particulares, empresas e cidadãos. Sem desculpas nem remedeios, encarando esta necessidade de frente num mundo competitivo que não se compadece com a iliteracia e o analfabetismo, e que exige dos activos mais e melhor formação. Tentando não cair na tentação primária de procurar dotar os cidadãos com as competências estritamente necessárias à melhoria do seu desempenho numa determinada função, porque nem tudo se pode, ou melhor, se deve subjugar aos interesses económicos.

Na Região devemos continuar a promover um conjunto de iniciativas que potenciem o nosso desenvolvimento. O recente anúncio por parte do Presidente do PS e presidente do Governo Regional de criação de duas direcções regionais autonomizadas –a Direcção Regional da Juventude e a Direcção Regional do Emprego e Formação Profissional – permitirá que, no âmbito da competência da segunda, se desenvolvam um conjunto ambicioso de iniciativas de entre as quais destaque pela sua pertinência: a determinação de que a saída de qualquer jovem do sistema educativo deve ser acompanhada de uma qualificação profissional ou habilitação pertinente; a planificação da formação dos nossos empregados; a vinculação das empresas a planos de formação dos seus trabalhadores; a selecção de 4.000 empresas da Região para se incorporarem em planos estratégicos de formação dos seus activos; a aposta no aumento da oferta de cursos profissionais equivalentes ao 12º ano; a prossecução do objectivo de ter 7.000 jovens/ano em cursos de formação profissional de 3 anos; um mega-plano de formação em competências básicas de tecnologias de informação e comunicação, abrangendo 3.000 desempregados (2007/2008); aposta no reconhecimento das qualificações; e o reforço das actividades inspectivas na área da educação Estas medidas permitirão potenciar o

desenvolvimento daquilo que são os nossos objectivos em matéria de educação e formação, caminhando no sentido das metas da Estratégia de Lisboa, delineada pela União Europeia para 2010.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Falta-nos ainda uma verdadeira **cultura da aprendizagem**. Não a possuímos por circunstâncias várias, que a história e a sociologia poderão facilmente explicar, mas que não nos cabe agora desenvolver no âmbito desta intervenção, no entanto reconhecemos que esta é uma lacuna que, em certa medida, traça o quadro da nossa performance no todo europeu. Talvez seja por isso que muitos alunos filhos de imigrantes tenham um melhor desempenho nas nossas escolas do que os locais. Porque nos falta transformar a escola num lugar onde valha a pena estar, transformar as aprendizagens em algo significativo e devolver aos alunos, independentemente da sua idade, o prazer de aprender. Afinal, a aprendizagem até coincide com a vida. Ou coincide sobretudo. E é nesta medida que os currículos, os entendimentos pedagógicos, e os projectos educativos de escola devem ser elaborados, na reprodução daquilo que é o contexto em que estes alunos se inserem. É tempo de transformar a escola numa coisa outra, como diria o poeta. De alterar a concepção de que a escola só tem valor na medida em que confere graus académicos. Se não conseguirmos recuperar o gosto pelo saber, de nada nos serve ter escolas excelentes, bem apetrechadas e cheias de alunos que não querem, porque não gostam, de aprender.

O PS acredita no futuro da escola pública. Não queremos que os centros de explicações providenciem os conhecimentos a que a escola se revela incapaz de atender. Não queremos que as escolas particulares sejam as detentoras dos resultados de excelência. Não queremos que haja alunos de primeira e alunos de segunda e queremos acabar com a clivagem social que a escola ainda tende a promover. Estamos dispostos a melhorar o nosso caminho, a aperfeiçoá-lo e a alterá-lo quando tal se revele necessário. Queremos que o tempo que os alunos passam na escola seja potenciado, que a experiência que os professores têm esteja cada vez mais ao serviço dos alunos, e que as escolas funcionem como verdadeiras comunidades educativas. É

isto que vamos continuar a promover! Pequenas comunidades educativas, grandes mundos de recursos, aproveitados, potenciados e reprodutivos.

Asseguro-vos que todos não somos demais neste processo, a educação é, afinal, uma responsabilidade de todos. Pela parte do PS estamos sempre disponíveis para melhorar, com a serenidade de quem se orgulha do passado, mas não se conforma com ele. Para quem insiste em não perceber este é afinal o caminho certo de um partido responsável nos Açores de hoje. Alheio à política da terra queimada, e aos acessos poético-circenses de demagogia frouxa. Pela nossa parte preferimos, preferiremos sempre, malgrado os críticos da postura, o caminho da auto-superação, pondo natural e responsabilmente o desenvolvimento dos Açores em primeiro lugar. Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

(*) Deputado Paulo Gusmão (Indep.): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Permitam-me que, em breves notas, uma vez que a hora vai avançada, saúde a intervenção que aqui foi trazida pela Sra. Deputada, não só pela pertinência e importância do tema – obviamente desculpando algum excesso no encerramento, mas que faz parte de quem a profere, faz parte das funções e do grupo que ocupa – mas pela forma minuciosa como trouxe aqui o tema da educação.

Gostaria de deixar, a esse respeito, uma nota. Penso que hoje cada vez mais somos levados a dizer (mas não é isso que ainda se vê ou que já se vê nos orçamentos regionais e nacionais) que a educação é que é o futuro, que a educação é que faz dos povos que vivem em democracia, povos verdadeiramente livres.

Só tendo a capacidade de decidir, só vivendo com completa liberdade, é que se vive em democracia. E é a educação o principal factor para isso. É a educação associada, aliás, à outra vertente, que não deve ser deixada atrás e que tem a ver também com o emprego, que deve ser cada vez mais emprego privado e cada vez menos associado a

programas e mais programas e a determinadas funções que nada têm a ver com uma sociedade como a nossa, pequena, ainda pesadíssima em termos de emprego público e, portanto, com as consequências que isso também tem.

Disse, e bem, que esta matéria, tem sido uma área onde o Governo anda alheio à intriga de bastidores.

Reconheço que nesta matéria (há que dizê-lo) tem havido coerência e um fio condutor, no Governo Regional, desde o início até agora, com as críticas que se possam fazer, concordando com algumas medidas, discordando de outras, mas havendo abertura, frontalidade e isso é que é importante ao avanço da democracia.

Tem-se feito mais nos Açores nesta matéria até do que no país.

Há reformas que têm sido muito positivas e é preciso reconhecê-lo.

Há outras onde certamente as dúvidas continuam a pairar e que gostaria, se me fosse possível, saber a opinião da Sra. Deputada e do Sr. Secretário. É uma matéria que tem preocupado os professores e que ficou aqui aprovada com a garantia de que seria feita uma avaliação a esse processo de maior permanência dos professores nas escolas.

O processo está a decorrer.

Gostaria de saber, neste momento, qual é o ponto da situação, que avaliação o Sr. Secretário e a Sra. Deputada interveniente fazem?

Gostaria de saber também qual é o ponto da situação em relação aos *curriculum regionais*, qual a importância que já têm hoje nos *curriculum* das nossas escolas, qual a sua implantação?

Gostaria também de saber, em relação a uma matéria que trouxe aqui na anterior legislatura e que tinha a ver com as aulas de moral poderem ser administradas em alternativa e não apenas como suplementares aos *curriculum*, como é que isso está nas escolas?

Para terminar, e aproveitando a benevolência da Sra. Presidente, gostaria de dizer que relativamente ao querer valorizar o ensino profissional, penso que não é com cursos e mais cursos que se valoriza o ensino profissional. Penso que é com a assumpção de escolas com igual dignidade que a escola pública ou privada, mas com igual dignidade em termos de escola e com aquela finalidade que tem a ver com a

integração no mundo do trabalho e que tem muito a ver com aquilo que também a Sra. Deputada aqui disse, que é a motivação dos alunos.

Nem toda a gente tem, nem nunca terá, e é bom que assim seja, por isso é que somos todos diferentes, a mesma motivação para diferentes formas de aprender.

Portanto, é preciso assumi-lo, mas dar dignidade a isso em termos de escolas institucionais, em termos profissionais.

Mais não direi, senão a Sra. Presidente zangar-se-á comigo.

Vou só concluir pegando neste grande princípio do ensino grego em que se percebeu que o aluno era o centro, mas também se percebeu nesse tempo que o aluno estava afecto ao mestre e é preciso dignificar o mestre. É preciso uma nova mentalidade em que se perceba que o professor é também um exemplo na vida do discípulo. É preciso dar essa responsabilidade e dar um novo intuito aos pais, de que a sua função é dignificar também o mestre por causa do aluno e não ser apenas um sindicato de passagem e de querer que o aluno faça a escola fácil. É a dignificação do mestre, a dignificação da escola, porque aí é que dignificamos o aluno.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sra. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Retirando aqui o relatório optimista, que foi feito pela Sra. Deputada, das Jornadas Parlamentares do Partido Socialista, devo reconhecer que, no conjunto, a Sra. Deputada apresentou, naquilo que diz respeito à área da educação, preocupações legítimas, que são importantes, que foram colocadas no registo correcto e, nessa medida, são por nós partilhadas e devem ser objecto de reflexão, discussão e consenso.

Infelizmente a Sra. Deputada não conseguiu fazer uma intervenção limpa nesse aspecto e não resistiu à seguinte contradição:

A Sra. Deputada defendeu e afirmou, logo no início, que estávamos muito bem na área da educação nos Açores.

Depois, mais para diante disse, e eu partilho dessa afirmação, de que na educação o aluno deve ser o centro do sistema.

É verdade, Sra. Deputada, o aluno é e deve ser o centro do sistema e por isso a contradição. Como é que numa Região como a nossa, em que os nossos alunos estão a ser vítimas de um insucesso escolar, inexplicado, galopante e estrutural, que persiste e que nós infelizmente não estamos a conseguir inverter, como é que pode dizer que esse aluno está no centro do sistema de ensino e a senhora diz, apesar dos péssimos resultados, que estamos muito bem na área da educação?

Deputados Clélio Meneses e Pedro Gomes (PSD): *Muito bem!*

O Orador: O sucesso que a Sra. Deputada apresenta, para nós, é o insucesso, porque enquanto tivermos nos Açores as taxas de retenção e de insucesso escolar que temos, enquanto estivermos tão distantes, como estamos, da realidade da Madeira e do Continente Português...

Secretário Regional da Educação e Ciência (Álamo Meneses): Da Madeira, não!

O Orador: Da Madeira, sim senhor, Sr. Secretário, mas depois podemos discutir isso se o senhor quiser.

Secretário Regional da Educação e Ciência (Álamo Meneses): Discutiremos!

O Orador: É já a seguir.

Como estava a dizer, enquanto estivermos distantes como estamos, das taxas de sucesso do Continente português e da Madeira, e a nossa permanecer, do ponto de vista estrutural, da forma como está, nunca nos poderá ouvir dizer que estamos muito bem na área da educação.

Enquanto isso permanecer, essa afirmação é artificial.

Depois, não conseguiu deixar de dar o remoque de que a oposição está preocupada com as miudezas do sistema. Eu pedia-lhe que dissesse um exemplo na área da educação, que é isso que estamos a discutir, em que as intervenções que o PSD fez nesta Assembleia foram uma miudeza no sistema. Peço-lhe tão só um exemplo!

Finalmente, a Sra. Deputada esqueceu-se dos episódios do início deste ano lectivo.

Deputado Cláudia Cardoso (PS): Eu não me esqueci. Não posso abordar tudo!

O Orador: Só esse esquecimento é que justifica que a senhora tenha dito e tenha feito o elogio que fez à capacidade de diálogo do Governo Regional e do Partido Socialista na área da educação.

Secretário Regional da Educação e Ciência (Álamo Meneses): Essa é boa!

O Orador: Então a senhora já se esqueceu do despacho deste verão que obrigava os professores, a permanecer mais tempo na escola?

Já se esqueceu das declarações do Sr. Presidente do Governo a dizer que afinal aquilo se calhar não era bem assim, que iam mudar?

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que terminasse.

O Orador: Já termino, Sra. Presidente.

É evidente que com estes exemplos, neste particular, estamos em discordância absoluta.

Quanto às outras questões que apresentou, questões teóricas de princípio e de preocupações legítimas sobre a educação, partilhamos das suas preocupações e damos os parabéns pela intervenção que fez.

Portanto, Sra. Deputada, não ficaria bem comigo se não dissesse isto e tenho pena de dizê-lo no contexto das outras reflexões e preocupações que cá trouxe.

Deputados Clélio Meneses e Pedro Gomes (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado.

(*) **Deputada Catarina Furtado (PS):** Sra. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começaria por agradecer a intervenção que a Deputada Cláudia Cardoso nos trouxe, as preocupações, os projectos e a realidade que aqui traçou relativamente à educação e depois do que tanto ouvimos ontem criticar, da falta de projecto, da falta de novas políticas, de novos rumos, está bem claro que o Partido Socialista está bem atento, tem bem a noção da sua realidade, e hoje fica-vos bem dizer que relativamente à educação sim, mas a verdade é que aquilo que o senhor viu ontem era um quadro negro, como o PSD tem vindo a traçar a nível da Região, e agora até parece que afinal não é assim tão negro e há coisas boas.

É para fazer esse registo, de que há noção do que é que tem sido feito e a verdade é que, até como reconheceu o Sr. Deputado Independente Paulo Gusmão, há um rumo, à coerência e que por vós também aqui (pelo Deputado Costa Pereira), foi notado.

Portanto, deixava este registo.

Relativamente ao Deputado Costa Pereira, de facto, há um consenso grande de tudo o que tem sido tratado em matérias de educação.

Apontou uma contradição na intervenção da Deputada Cláudia. Parece-me que o Sr. Deputado é que tem uma contradição interior relativamente ao insucesso e ao Despacho 48/2005.

O senhor pergunta que medidas para o insucesso.

Toda esta coerência, todo este rumo dado à política da educação vem no sentido de combater este mesmo insucesso.

O 48/2005 nasceu mal, talvez, mas está-se endireitando. Teve os seus frutos e já aqui o debatemos várias vezes e teve um grande propósito, disponibilizar professores, meios, para que os alunos que tivessem as suas dificuldades, pudessem ser colmatadas no estabelecimento de ensino. Isto é uma medida.

O senhor diz que o insucesso, por um lado, é necessário combater e depois vem contra o 48/2005. Parece-me que a contradição também está, relativamente ao Sr. Deputado, no que é que são, ou não, medidas de combate aos números.

Obrigada.

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Ciência.

(*) Secretário Regional da Educação e Ciência (Álamo Meneses): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, queria congratular-me com um aspecto deste debate. É que todos os intervenientes, até agora, foram concordantes em dizer que a educação assume um aspecto central e que há um conjunto de objectivos e um conjunto de metas que, creio, nesta sala todos nós partilhamos.

De facto, essa partilha de objectivos é, para o sector educativo, uma certeza de que, da conjugação da vontade e do esforço de todos, sairá o melhor sistema educativo.

Eu gostava de dizer que a Região tem vindo a dar uma grande prioridade à educação, estamos a investir anualmente cerca de 240 milhões de euros, o que representa aproximadamente 9% do PIB estimado da Região, o que é um investimento sem precedentes na educação. Mais do que isso, é investimento sustentado.

Nós já vamos no 8º ano de investimento neste nível de percentagem do PIB.

Também é verdade que na educação, como aliás acontece em muitos outros sectores, mas na educação em especial, cada uma das questões que nós resolvemos hoje lança

novos desafios para amanhã e cada meta que atingimos coloca-nos novas metas à frente e nós temos que continuar a prosseguir.

A educação é um dos sectores que nunca ficará resolvido, é um dos sectores que continuará a colocar, constantemente, desafios aos decisores políticos.

É preciso não esquecer que a nossa Região e o nosso país, mas a nossa Região em particular, teve um dos maiores avanços que já alguma vez se registou em termos das políticas educativas.

Os últimos 30 anos marcaram uma rotura com todo o nosso passado histórico, uma rotura que ainda se calhar estamos demasiado próximos para ver, mas que já começa a ser clara na história.

É preciso não esquecer que aquando da implantação do sistema autonómico, nós tínhamos ainda uma Região que, para além dos três liceus das três capitais distritais de então, pouco mais havia em termos de educação.

De facto, quando nós olhamos hoje para trás, vemos que percorremos um caminho excepcional.

É preciso não esquecer que ainda nos anos 60, na década de 60, no ex-distrito de Ponta Delgada, que era aquele que tinha as piores infra-estruturas educativas, havia largas centenas de alunos dispensados do cumprimento do 1º Ciclo do Ensino Básico, porque as escolas não tinham capacidade de os receber. Isto hoje parece algo extraordinário, mas estamos a falar de coisas que aconteceram nos anos 60 e as crianças de então que passaram pela escola são hoje os pais dos alunos que temos nas nossas escolas.

De facto, isto aconteceu, isto é um traço da nossa história e quando nós dizemos que o nosso sistema educativo se compara mal com o sistema educativo de outras regiões da Europa, pois necessariamente tem que se comparar mal, mas também nós temos que ver que nós partimos com cerca de 150 anos de atraso em relação a muitas das políticas que os nossos parceiros na Europa Comunitária levaram a cabo e esses 150 anos de atraso, obviamente, não poderiam ser recuperados em apenas uma geração. Mesmo assim, nós estamos no bom caminho para os recuperar.

Este investimento e este esforço têm que ser mantidos, mas há que dar tempo ao tempo e há questões que não podem ser resolvidas de outra forma.

Também é preciso não esquecer que a educação é um sector que exige esforço e nós não podemos pensar que a escola é um espaço tão atractivo, tão atractivo que o esforço está arredado.

Nós não podemos ter uma visão hedonista da escola, nem podemos ter uma visão de uma escola sem esforço.

A escola exige esforço e rigor, mas a escola também tem que dar o seu contributo na criação de uma cultura de esforço, de rigor e de trabalho. É um dos papéis fundamentais da escola.

A escola não é uma brincadeira, nem pode ser uma brincadeira.

E é porque a escola não é uma brincadeira, nem pode ser uma brincadeira, que uma boa parte do insucesso acontece.

Se nós quiséssemos resolver o problema do insucesso escolar pela via administrativa, já tivemos amplo tempo de o fazer.

Não é isso que se pretende. Pretende-se resolver o insucesso através da melhoria das competências dos nossos alunos e, a esse respeito, ao contrário daquilo que muitas vezes se ouve, a nossa Região tem feito uma caminhada também sem precedentes, porque aconteceu ao longo destas três décadas (é bom nós vermos isto sempre no contexto da enorme mudança sócio-cultural que aconteceu nas últimas três décadas) um fenómeno que é extraordinário em termos da história da educação na Europa.

Presidente: Sr. Secretário...

O Orador: Eu acabarei tão depressa quanto possa, Sra. Presidente.

Presidente: Agradecia que fizesse um esforço de síntese.

O Orador: Eu gostava de vos dizer que o insucesso escolar nas nossas escolas tem vindo a diminuir e, particularmente, tem vindo a diminuir de forma sustentada e num contexto de integração na escola de públicos que estavam arredados da escola.

É que o nosso problema do insucesso está muito ligado ao problema do absentismo.

Esta revolução do insucesso está a acontecer numa situação em que nós estamos a atingir, no que diz respeito à escolaridade obrigatória, a plena escolarização. Ou seja, fomos capazes de trazer todos para a escola e obviamente este “trazer todos para a escola” teve um preço e o preço foi mais retenções porque, de facto, passámos a trazer miúdos para a escola que antes não estavam na escola.

Se fizéssemos como se fazia na década de 60, 70 ou mesmo de 80, em que a escola era só para alguns, obviamente que hoje não estaríamos nos 100% de sucesso. Não é assim, mas vamos a caminho disso.

Eu teria muito mais a dizer, e gostaria de responder directamente às perguntas do Sr. Deputado Paulo Gusmão, mas por respeito à Sra. Presidente, não o farei.

Presidente: Muito obrigada.

Com certeza, para dar esclarecimentos, tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

(*) **Deputada Cláudia Cardoso (PS):** Sra. Presidente, devo dizer que estava inscrita há bastante tempo. Deve ter havido um lapso da mesa, mas, enfim, são coisas que acontecem.

Tratei de me inscrever, de ter celeridade na inscrição, mas outros terão sido mais rápidos do que eu. De qualquer forma, muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Brevemente para prestar esclarecimentos nas questões que me foram colocadas.

Sr. Deputado Paulo Gusmão, começo por si e agradeço as referências que fez à intervenção que proferi.

Devo dizer que nos aspectos que focou relacionados com o emprego, considero, aliás como tentei frisar na minha intervenção, que tem havido um grande esforço, por parte da Região, na própria diversificação da oferta educativa, no sentido de caminhar neste entrosamento entre o que é o mercado de emprego, as necessidades que esse mercado tem e a formação profissional que temos disponível na Região para os nossos alunos.

Relativamente à questão da permanência dos professores nas escolas, pelo que eu conheço, no decurso deste ano, que como todos sabemos teve alguma perturbação instalada pelo Despacho Normativo, houve vantagens e desvantagens da implementação desta matéria.

Eu concordo que a permanência dos professores na escola, desde que este tempo seja, com aliás o disse na tribuna, potenciado e revertido em favor dos alunos, é sempre positivo.

Evidentemente que houve escolas que fizeram uma aplicação excelente desse despacho, e houve escolas que fizeram uma aplicação menos boa ou, pura e simplesmente, não fizeram.

Portanto, digamos que houve uma injustiça relativa e algum desfasamento entre as escolas nesta matéria e isto não deve acontecer porque, senão, entramos também nalguma discricionariedade nesse tipo de questões.

Todos os alunos devem ter na mesma medida, independentemente da escola que estão, este apoio e estas horas suplementares devem, obviamente, reverter, como eu dizia, e tendo como cerne sempre o aluno.

Quanto às questões que o Sr. Deputado Costa Pereira trouxe, e que incidiam na questão da contradição base, não há aqui nenhuma contradição, Sr. Deputado. Gostava de lhe explicar isto e tentar tornar mais claro do que tornei na minha intervenção.

Eu considero (disse-o ali e repito) que na Região, em matéria de educação, estamos bem. Estamos melhor, por exemplo, que no Continente Português; estamos melhor do que estávamos antes do Partido Socialista entrar para o Governo e digo claramente por que é que estamos melhor:

Porque houve, aliás pelos factos que ali enumerei, uma deslocalização do enfoque da escola, do professor, do sistema educativo para o aluno e houve em tantas matérias e em tão diversificadas que algumas delas, inclusivamente, contribuíram, como o Sr. Secretário fazia referência, para hoje termos uma escola verdadeiramente integradora e inclusiva, mas que, por essa via também nos trouxe problemas novos, problemas que antes não existiam.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Mas os resultados globais são o insucesso!

Secretário Regional da Educação e Ciência (Álamo Meneses): Eu vou dar-lhe um livrinho!

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Vai trazer-nos estatísticas, Sr. Secretário?

A Oradora: Temos alunos dos programas Cidadania, que não vou explicar o que é, porque os senhores conhecem muito bem, dos programas Oportunidade. Todos esses alunos empolaram, Sr. Deputado Costa Pereira, como sabe, as nossas taxas de transição e de sucesso escolar.

Isto foi uma opção política clara que o PS fez e que o PSD não teve.

Portanto, o que há aqui são dois tipos de perspectivas completamente diferentes.

Nós entendemos que os alunos deviam estar todos na escola, trouxemo-los para a escola e trazendo inclusivamente alunos também com necessidades educativas especiais que estão inclusivamente no programa Cidadania.

Nós criámos novos problemas que agora temos que resolver, mas continuamos a considerar que as medias que tomámos foram positivas. Relativamente ao sucesso eu gostava de lhe dar alguns aspectos que penso que são importantes:

O nosso ensino regular é já actualmente frequentado por cerca de 77% de alunos com 16 anos.

O prosseguimento de estudos para o secundário, neste momento, que é um indicador óptimo, é de 70% também.

O sucesso global, por exemplo no 1º ciclo foi de 84% no ano lectivo que terminou e é o mais alto da época (no 1º ciclo, volto a chamar a atenção, uma questão que ali frisei, a importância dos primeiros anos e da cultura a aprendizagem).

O sucesso global nos 2º e 3º ciclos foi respectivamente de 76 e de 74%.

Deputado Costa Pereira (PSD): A senhora compare isso com o resto do país!

Secretário Regional da Educação e Ciência (Álamo Meneses): Comparamos com o ponto de que partimos!

A Oradora: São valores animadores.

Presidente: Sra. Deputada,...

A Oradora: O senhor diz-me, aliás, com a tentativa de caricaturar a situação: o sucesso do insucesso!

Pois com certeza, Sr. Deputado Costa Pereira, para nós, o sucesso completo seria termos 100% de transição, mas isso provavelmente nunca será possível.

Presidente: Sra. Deputada,...

A Oradora: Nós consideramos que no quadro que temos, temos um sucesso que nos agrada, mas evidentemente nós gostávamos de ter 100% de sucesso. Isso será, do nosso ponto de vista, uma questão insolúvel.

Presidente: Sra. Deputada, agradecia que terminasse porque já ultrapassou o seu tempo.

A Oradora: Eu já termino, Sra. Presidente, mas também tem que ter a mesma benevolência que teve com o Sr. Secretário Regional.

Presidente: Já ultrapassou os três minutos há bastante tempo.

Desculpe mas tem que findar.

A Oradora: Evidentemente há ainda uma percentagem de insucesso que nos aflige e nos preocupa e é sobre isso que devemos falar.

Não devemos omitir que ele existe e fingir que ele não existe, mas o ideal, que seria os 100% de transição, será, como calculam, dificilmente conseguido.

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Ciência.

(*) **Secretário Regional da Educação e Ciência** (*Álamo Meneses*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu retomaria a intervenção que estava tendo há bocadinho, tentando dar alguns esclarecimentos sobre as questões aqui levantadas, e começaria exactamente por esta final, porque os números que aqui foram citados pela Sra. Deputada escuso de os voltar a repetir.

De facto, nós temos vindo a ter uma subida sustentada nos últimos anos, que vamos manter com certeza, e que nos levará, a médio prazo, a valores que são aqueles que nós gostaríamos de ter.

É preciso nós, nesta matéria, nunca esquecermos de onde é que partimos e nós partimos de um patamar extraordinariamente baixo.

A caminhada que se fez, não apenas nos últimos anos, mas ao longo de todo o período em que a Região Autónoma dos Açores assumiu a responsabilidade pela educação, é uma caminhada notável que nos trouxe de um patamar que hoje já não tem nada a ver com a nossa realidade.

De facto, partindo desse histórico tão mau, nós conseguimos fazer um autêntico milagre em termos de resultados no sistema educativo.

Isso é algo que não é apenas deste Governo, creio que é algo que a Região Autónoma dos Açores se pode orgulhar de ter feito, desde que assumiu essas responsabilidades.

Esta caminhada terá que continuar ao longo dos próximos anos. Olhando para os dados, olhando para as estatísticas, é isso que nós vemos.

Nós fizemos um estudo muito aprofundado, quase nominal, das situações de insucesso no último ano, em que se foram averiguar as causas e as consequências, estudo esse que está disponível na Internet, na página da Inspeção Regional da Educação, e que poderão consultar. Nesse estudo vê-se, está bem claro e patente isto que estou a dizer.

Nós partimos de um ponto muito mau. Temos vindo a dar passos sustentados e temos que os continuar a dar ao longo dos próximos anos.

Em relação às perguntas que foram feitas pelo Sr. Deputado Paulo Gusmão, gostaria muito sucintamente de lhe dizer que em relação à dignificação das escolas profissionais e do ensino profissional, essa é uma das metas do Governo e um dos objectivos centrais da política da educação deste Governo.

De facto, ao longo dos últimos anos, foi feita uma expansão, sem precedentes, do ensino profissional, expansão essa que teve como custo a utilização e a criação de estruturas que não têm, em termos de instalações e de espaço, aquilo que é preciso, mas foi o que foi possível fazer em tão curto espaço de tempo para se criar o ensino profissional.

O grande desafio nos próximos anos, uma das novas políticas que o Governo Regional tem pela frente, uma das políticas que foi anunciada pelo Sr. Presidente do Governo recentemente, é exactamente essa. Tem a ver com a estabilização do sistema de ensino profissional, tem a ver com o investimento que terá que ser feito ao longo dos próximos anos na criação das condições condignas e na dignificação em termos infra-estruturais e institucionais das escolas profissionais. Essa é uma necessidade que nós temos.

Aquilo que nós temos hoje foi o resultado de um crescimento acelerado. Foi o que foi possível fazer-se em tão curto espaço de tempo, mas também foi um feito notável aquilo que a Região fez nessa matéria.

Em relação à questão dos *curriculum* regionais e da sua importância nas escolas, neste momento, já foi publicado há cerca de 2 anos os objectivos dos *curriculum* regionais, já foram publicados para cada uma das disciplinas do ensino básico as metas e as competências que é obrigatório atingir-se. Elas já estão em vigor, estão em aplicação e ainda é demasiado cedo para se fazer uma avaliação mais aprofundada

desta matéria. Teremos que esperar pelo menos ainda uns 3 ou 4 anos para se poder fazer isso.

Há um passo que falta dar, que nós ainda não podemos dar, e que tem a ver com a reorganização em termos dos tempos lectivos e em termos da organização da escola no ensino básico em torno desses novos objectivos. É o passo seguinte que está a ser preparado.

Nessa reorganização será tida em conta a questão da alternativa da Educação Moral e Religiosa.

Presidente: Sr. Secretário, terminou o seu tempo e também terminou o tempo disponível para o Governo Regional.

O Orador: Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, chegámos às 18 horas. Portanto, chegámos à hora regimental de *terminus* deste período de tratamentos de assuntos políticos relevantes. A inscrição que fica agendada para o próximo dia é do Sr. Deputado Costa Pereira. Vamos fazer um intervalo de 15 minutos.

Eram 18 horas.

(Após o intervalo o Sr. Presidente retomou o seu lugar na Mesa)

Presidente: Srs. Deputados, vamos prosseguir os nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 35 minutos.

Como se recordam, ontem ficámos na aprovação na generalidade do **Projecto de Decreto Legislativo Regional – “Estabelece o regime jurídico do transporte colectivo de crianças”**.

Segue-se agora, naturalmente, a discussão na especialidade.

Está aberto o debate.

Existem muitas propostas de alteração. Algumas vêm da Comissão e, entretanto, o Partido Socialista subscreveu as propostas da Comissão com excepção de algumas.

Percebi também, da intervenção do Sr. Deputado Marinho que havia consenso em relação a este diploma.

Não sei se já conhecem as propostas de alteração? Creio que sim.

Deputado Paulo Gusmão (Indep.): Creio que não!

Presidente: Então tem a palavra o Sr. Deputado José Rego para esclarecer isto.

(*) **Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

As propostas deram entrada ontem na Mesa. Se a Mesa não distribuiu a culpa não é do Partido Socialista.

As propostas de alteração e as propostas da Comissão são assumidas quer pelo Partido Socialista, quer pelo Partido Social Democrata. As assinaturas que constam aí são a minha e a do Deputado António Marinho.

Presidente: Peço imensa desculpa, mas isto foi entregue no meu gabinete hoje pelo Sr. Deputado Lizuarte Machado. Pode confirmar.

Eu já vou mandar distribuir.

(Pausa)

Entretanto, para adiantarmos os trabalhos, o Sr. Deputado José Rego pode esclarecer-me quais os artigos que poderei colocar à votação em conjunto?

(*) **Deputado José Rego (PS):** Do artigo 1º ao artigo 5º, inclusive, não há qualquer alteração.

Presidente: Para o 6º já há uma proposta de alteração?

(*) **Deputado José Rego (PS):** Para o artigo 6º há uma alteração, entregue hoje (ou ontem!) e a Comissão não assume a sua proposta que tinha entregue no relatório.

Presidente: Então sobre os artigos 1º, 2º, 3º, 4º e 5º há alguma intervenção a fazer – isto para adiantarmos algum serviço?

(Pausa)

“Lamentavelmente”, nenhum Sr. Deputado quer intervir.

Então vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com os artigos 1º, 2º, 3º, 4º e 5º, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Para o artigo 6º há duas propostas de alteração.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

(*) **Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Para o artigo 6º, a Comissão, aquando da sua reunião, e como já foi dito ontem por mim e pelo Sr. Deputado António Marinho, tentou acatar muitas das propostas de alteração dos vários parceiros sociais que foram ouvidos e teve em conta a legislação que foi publicada, entretanto, na República.

Então, relativamente ao artigo 6º, é mais uma responsabilidade que se coloca aqui em termos do encarregado, tendo que acompanhar as crianças no atravessamento da rua e na utilização de instrumentos para melhorar essa segurança, e há uma explicitação a quem cabe a responsabilidade do encarregado, que passará haver nos autocarros.

Portanto, o princípio geral que estava no diploma era da empresa que faz o transporte. Todavia, abre-se, através da proposta, a possibilidade de quem organiza o transporte poder fornecer esse encarregado.

Importa referir ainda que neste artigo e nos próximos aparece o conceito de “idoneidade” que não estava no diploma original, e não estava porque foi nosso entender que a Região não tinha competências para definir esse conceito. É uma competência da Assembleia da República que tem a ver com liberdades e garantias dos cidadãos.

Neste momento, remetemos outros artigos do diploma para a legislação nacional onde essa matéria está descrita.

Presidente: Passamos à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com a proposta de alteração, apresentada pelo Partido Socialista, para o artigo 6º, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Os Srs. Deputados que concordam com a parte restante do artigo 6º mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A parte restante do artigo 6º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos à votação do artigo 7º, para o qual existe uma proposta de eliminação para o seu nº 3.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A proposta de eliminação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos à votação da parte restante do artigo 7º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A parte restante do artigo 7º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Para os artigos 8º, 9º, 10º e 11º não existem propostas de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Entretanto, podemos votar a proposta de aditamento para o artigo 8º-A.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A proposta de aditamento foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Para o artigo 12º há uma proposta de alteração.

Está aberto o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

(*) **Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Para o artigo 12º propõe-se a eliminação do seu ponto 4, constante nas propostas de alteração entregues pelos dois subscritores ontem.

Relativamente ao ponto 5, nós propomos uma redacção nova e o anterior ponto 5 passa a ser o nº 6.

Sendo assim, fica prejudicada a proposta de alteração vinda da Comissão.

Presidente: Então vamos votar esta proposta de alteração, entregue **hoje** para o artigo 12º, subscrita pelo PS e pelo PSD.

Os Srs. Deputados que concordam com a proposta de alteração, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Os Srs. Deputados que concordam com a parte restante do artigo 12º mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A parte restante do artigo 12º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Para os artigos 13º, 14º e 15º não existem propostas de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Para o artigo 16º temos propostas de alteração.

Está aberto o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

(*) **Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Relativamente ao artigo 16º, (as propostas entregues na Mesa, não as da Comissão) há uma alteração substancial, que é a capacidade técnica, profissional, física e psicológica só exigida aos condutores. Fica eliminada a dos encarregados e ao mesmo tempo acolhe-se uma das pertinências dos sindicatos e da Câmara do Comércio: que o Governo apoie um conjunto de acções de formação para os condutores das empresas que fazem transporte colectivo de crianças.

Presidente: Passamos à votação

Os Srs. Deputados que concordam com a proposta de alteração para artigo 16º, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Os Srs. Deputados que concordam com a parte restante do artigo 16º mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A parte restante do artigo 16º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Para o artigo 17º, há uma proposta de eliminação para uma das suas alíneas.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A proposta de eliminação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos à votação da parte restante do artigo 17º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A parte restante do artigo 17º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Temos de seguida duas propostas de aditamento para os artigos 9º-A e 17º-A.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: As propostas de aditamento foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Passamos ao artigo 18º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 18º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votemos de seguida a proposta de aditamento para o artigo 18º-A.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A proposta de aditamento foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Para os artigos 19º e 20º não existem propostas de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votemos de seguida a proposta de aditamento para o artigo 20º-A.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A proposta de aditamento foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Para os artigos 21º, 22º e 23º não existem propostas de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Para o artigo 24º existe uma proposta de alteração que vem da Comissão.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Os Srs. Deputados que concordam com a parte restante do artigo 24º mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A parte restante do artigo 24º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Para os artigos 25º e 26º não existem propostas de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Para o artigo 27º existe uma proposta de alteração que diz respeito às coimas.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Os Srs. Deputados que concordam com a parte restante do artigo 27º mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A parte restante do artigo 27º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Para os artigos 28º e 29º não existem propostas de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votemos de seguida a proposta de aditamento para o artigo 29º-A.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A proposta de aditamento foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Para os artigos 30º, 31º, 32º, 33º, 34º, 35º, 36º, 37º, 38º e 39º não existem propostas de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votemos de seguida a proposta de aditamento para o artigo 39º-A.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A proposta de aditamento foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Para o artigo 40º existe uma proposta de alteração.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

(*) **Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Relativamente à proposta de alteração para o artigo 40º, gostaria de chamar a atenção, porque a proposta é a seguinte (há aí uma gralha):

“Até 31 de Dezembro de 2011, os veículos pesados de passageiros adquiridos antes da entrada em vigor do presente diploma, podem efectuar o transporte colectivo de crianças **em veículo** sem o tacógrafo”.

Portanto, falta na proposta “em veículo”.

Presidente: Os Srs. Deputados que concordam com esta alteração, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Os Srs. Deputados que concordam com a parte restante do artigo 40º mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A parte restante do artigo 40º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Para o artigo 41º existe uma proposta de alteração que vem da Comissão, que substitui na íntegra, e é subscrita pelo PS e pelo PSD.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: Em votação final global, o Projecto de Decreto Legislativo Regional foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Srs. Deputados, este diploma baixa à Comissão para redacção final.

Passamos ao próximo ponto: **Projecto de Resolução – “Adopção das necessárias averiguações decorrentes da possível introdução de variedades de milho transgénico nos Açores”**, apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

Deputado António Ventura (PSD): Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exmas. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Exmos. Srs. Membros do Governo:

No penúltimo Plenário o PSD explanou nesta casa as vantagens da Biotecnologia quando aplicadas na Agricultura.

Os Organismos Geneticamente Modificados são um dos filhos desta ciência que hoje em particular trazemos a este Parlamento, sob a forma de Projecto de Resolução, dada a importância elevada que este assunto está a assumir nas sociedades contemporâneas e, porque, no espaço Português se abriu a porta para a entrada de OGM's.

Portugal está, assim, autorizado a produzir 17 variedades de milho transgénico.

Os transgénicos têm levantado inúmeras dúvidas e diversos receios por parte de várias Associações e, isoladamente, de muitos cidadãos que desconfiam destes organismos, principalmente dos seus efeitos nocivos na saúde humana e nos ecossistemas naturais.

De tal modo, que o passado dia 8 de Abril foi declarado, por cerca de 100 Organizações de cariz não governamental, pertencentes a mais de 40 países, como o "Dia de Oposição aos Organismos Geneticamente Modificados".

São, efectivamente, Organizações que traduzem um sentimento de desconfiança de muitos cidadãos sobre o surgimento dos transgénicos no seu quotidiano.

Aliás, um estudo recente do Eurobarómetro revela que 62% dos inqueridos demonstram preocupações sobre os riscos na segurança alimentar apresentadas pelos

OGM's e o uso de OGM's na Agricultura, a par dos produtos contendo químicos, constitui uma das matérias nas quais os cidadãos mais sentem falta de informação.

Identicamente, em Portugal, existe um movimento interligado de reacção que engloba algumas Organizações, intitulado de "Plataforma Transgénicos Fora do Prato".

Toda esta oposição ocorre na totalidade, ou seja, quer ao nível da produção, quer ao nível da comercialização e ainda no da transformação.

É, natural, que a sociedade levante resistências a um produto da ciência que é antagónico com a crescente sensibilidade dos cidadãos para o respeito com natureza e para alimentação humana, ultimamente repleta de crises. Somam-se, ainda, todas as questões ligadas aos princípios e valores étnicos.

Mas, estas antipatias e revoltas sempre aconteceram ao longo da história e por muito menos. Alguns produtos da ciência, antes de serem aceites, foram alvos de intensa repulsa, como é o exemplo da técnica da enxertia em plantas. Talvez derivado ao atraso, que sempre existiu, entre os avanços da ciência e o conhecimento social dos mesmos.

No caso dos transgénicos, a verdade reside aqui, isto é, existe um diminuto conhecimento e uma pobre informação que conduzam a um eficaz esclarecimento dos benefícios e malefícios deste produto científico, pelo que muita actividade de investigação ainda há para fazer e muito debate público urge realizar.

Se são imensas as vantagens na aplicação dos transgénicos em diversas áreas, é, também, a própria comunidade científica que alerta para os perigos de uma gestão descuidada na utilização dos OGM's, sobre o meio natural, na saúde humana, na Agricultura e nos animais, que são agravados por especificidades próprias de zonas, Regiões ou Países onde, para o efeito, é preciso saber-se mais antes da sua introdução. Igualmente, a União Europeia autoriza os Estados Membros a construírem as suas próprias medidas de segurança para a coexistência, de maneira, a estarem adaptadas às vulnerabilidades das condições locais.

Do mesmo modo, a FAO e a OCDE desde o aparecimento das primeiras plantas geneticamente modificadas, deixaram bem patente que as mesmas devem ser submetidas a uma extensa e profunda avaliação no meio ambiente onde serão inseridas.

Paralelamente, algumas Fundações para a Ciência de vários Países têm apelado aos Poderes Políticos para a indispensabilidade de haver uma energética promoção da investigação neste tema dos OGM's, dado o desconhecimento que subsiste.

No mesmo sentido tem existido amplos movimentos de cidadãos que reclamam uma maior transparência sobre o assunto, para eliminar as suas incertezas.

Ora, os Açores apresentam especificidades muito próprias que advém da sua geografia, das condições climáticas e pedológicas, da dimensão territorial de cada ilha e das tradições das suas gentes que estão estreitamente associadas aos processos produtivos.

Estes atributos das ilhas impuseram uma Agricultura singular marcada por uma excessiva fragmentação parcelar com uma unidade de área padrão que corresponde a 1/10 do Hectare.

Acima de tudo, as explorações agro-pecuárias, na Região, são caracterizadas pela sua descontinuidade territorial, isto é, pela dispersão parcelar da exploração resultando em várias unidades produtivas.

Por outro lado, o meio natural deste Arquipélago é um património ambiental caracterizado pela existência de uma biodiversidade ímpar, que inclusivamente tem merecido em determinadas zonas, classificações para a sua protecção e conservação.

Assim, perante todo o exposto, importa perceber, através de estudos e experimentação, e na medida do possível, quais os efeitos para o ambiente, para a Agricultura, para o solo e para os animais da introdução das variedades de milho transgénico no Arquipélago, com o fim de se criarem mecanismos de especificidade regional, designadamente de vigilância e monitorização, determinando-se as eventuais restrições e estabelecendo-se eficazes meios de alerta e aconselhamento, mesmo que se crie à partida um “estado de prevenção”. Qualquer “estado de prevenção” serve para aplicar esta atitude científica e não para a adiar.

Falamos da eventual instalação de medidas de biossegurança que estejam de acordo com as nossas singularidades e que anule a evidente insegurança alimentar que marca o público consumidor.

Note-se que o comportamento dos OGM's, não é igual em todos os Países ou Regiões, pode variar consoante a geografia que se apresente. Interessa saber, no nosso caso, como varia. Quais os acidentes que podem resultar da sua inserção nos sistemas produtivos.

Nesta temática dos transgénicos em que as possíveis consequências podem obedecer a um compasso longo no tempo, e este parece ser o grande obstáculo ao conhecimento científico, aconselham os especialistas que qualquer Governo se deve pautar pelo princípio do “caso a caso” e “passo a passo”, ou melhor, “um a um”. Cada transgénico terá de ser avaliado *per si* em relação aos riscos que pode arrastar. Ademais, compreendendo-se, que esta matéria dos transgénicos tende a evoluir em grandeza, principalmente, na Agricultura e na alimentação humana, com esta atitude, conjuntamente se possibilita um valioso contributo para o conhecimento dos riscos da introdução de espécies vegetais agrícolas transgénicas nos Açores.

Certamente, que estaremos todos de acordo se afirmarmos que primeiro devemos estudar e depois agir, o que se traduz um importante nível de prudência, antes se iniciar a liberalização dos OGM's.

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exmas. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Exmos. Srs. Membros do Governo:

O Projecto de Resolução que o PSD apresenta nesta Assembleia vai muito mais longe do que o simples e imediato estudo. Permite abordar-se esta temática na generalidade, uma vez que a questão deve ser, na mesma medida que é científica, de crucial importância social e política. As gentes Açorianas têm o direito de serem consultadas e até agora nada aconteceu.

Este cuidado obriga a um aceso debate público e uma profunda reflexão na sociedade, antes da tomada de qualquer decisão, no sentido de perceber-se a sensibilidade dos Açorianos.

Neste mundo em constante mutação comercial, as plantas geneticamente modificadas são, decididamente, as “plantas do futuro” e afigura-se uma terceira Agricultura. Todavia, a nossa responsabilidade mora no facto de podermos precaver as gerações futuras, minimizando os eventuais riscos para elas e entregando o meio natural, se possível, num estado melhor do que o recebemos.

Esta consciência exige a participação dos Açorianos. Os Açorianos devem participar nestas decisões, devem ser informados e os directos visados qualificados para o uso desta nova ferramenta genética.

Assim, os Deputados do Grupo Parlamentar do PSD, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis apresentam o seguinte Projecto de Resolução:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomenda ao Governo Regional dos Açores a adopção das necessárias averiguações práticas, estudos, reflexões científicas e públicas conducentes ao conhecimento, designadamente, sobre o ambiente, a agricultura e o solo para avaliação e monitorização dos potenciais riscos, decorrentes da possível introdução de variedades de milho transgénico nos Açores, com vista à elaboração de procedimentos de segurança considerando a especificidade Regional.

Disse.

Deputados Clélio Meneses e Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A temática que o Sr. Deputado António Ventura aqui trouxe, já pela segunda vez, deixa-me sempre nalguma perplexidade relativamente ao evoluir do seu discurso.

Há momentos que concluo que o Sr. Deputado António Ventura é a favor dos transgénicos; há momentos que concluo que é contra os transgénicos.

Leio na comunicação social, por vezes, uma posição contrária aos transgénicos e vejo essa temática abordada nos últimos meses como sendo uma temática nova que a Região tem que enfrentar.

Gostaria de lembrar ao Sr. Deputado que já em 2003, aquando da preparação do Decreto-Lei 72/2003, o Governo Regional, por resolução, constituiu uma Comissão Científica, técnica e Interdisciplinar, para analisar e acompanhar o evoluir dessa

problemática com representantes da Secretaria Regional do Ambiente, do Comércio, Indústria e Energia, da Saúde, da veterinária, da protecção das culturas e do próprio IAMA.

Esta Comissão Técnica e Interdisciplinar considerou importante que a Região iniciasse os contactos para integrar a Rede Europeia das Regiões Livres de Transgénicos, o que foi feito, manifestação que, todavia, tem um valor político significativo, embora do ponto de vista legal tenha as condicionantes que todos conhecem.

Aliás, o quadro legal hoje existente no país e que permite a utilização de Organismos Geneticamente Modificados, introduz também grandes limitações, condicionantes e requisitos à sua produção e à sua utilização no alimento animal, nomeadamente. Essas condicionantes e limitações condicionam de forma determinante a introdução desses organismos na Região Autónoma dos Açores.

São ainda, como disse e é certo, muitas as inseguranças, não só da comunidade em geral, mas também no próprio plano científico quanto à segurança dos Organismos Geneticamente Modificados e o seu impacto no meio ambiente onde são produzidos. São claras ainda as dificuldades a introduzir a esses organismos sem adulterar as culturas tradicionais ou aquelas convencionais, quer a nível das matérias orgânicas, dos seus efeitos económicos e os efeitos que também possam trazer para o sector agro-alimentar e por isso continuamos a acompanhar o evoluir do conhecimento científico nessa matéria e também a promover debates e discussões relativamente à mesma.

Aliás, recordo, para quem não esteve desatento, que ainda no decorrer de 2005, penso que de Março a Setembro, decorreu um ciclo e umas jornadas de discussão de biotecnologia e desenvolvimento, promovidas pelo Departamento de Ciências Agrárias da Universidade dos Açores, iniciativas essas que foram apoiadas pelo Governo Regional e que se tivéssemos tido atenção às mesmas foram nelas discutidas, nomeadamente em Angra do Heroísmo, as questões de biotecnologia e desenvolvimento, entre as quais as próprias proporções dos Organismos Geneticamente Modificados, o que significa que nós estamos a fazer aquilo que a

resolução que ora foi proposta recomenda. Portanto, não faz muito sentido recomendarem-nos fazer aquilo que nós estamos a fazer.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Paulo Alves.

(*) **Deputado Luís Paulo Alves (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A matéria agora em análise sobre Organismos Geneticamente Modificados é uma problemática neste momento extremamente mediática, mas que obviamente assenta as suas raízes já há mais de uma década.

A novidade no quadro legislativo nacional prende-se com o Decreto-Lei 160/2005, que veio transpor a Directiva Comunitária sobre a coexistência de Organismos Geneticamente Modificados e das 17 variedades já aprovadas no catálogo de sementes europeias.

Nesse Decreto-Lei de Setembro do ano passado permanece um vazio sobre legislação ou sobre regulamentação de zonas livres de Organismos Geneticamente Modificados que importa acompanhar neste momento, porque é de crucial importância para a nossa Região.

Todas as preocupações no âmbito da biodiversidade dos impactos ambientais ou até da segurança alimentar de longo prazo, já que estes efeitos quanto à saúde humana não foram ainda possíveis de testar, ou quanto até à dependência estratégica da cadeia alimentar face a um conjunto de poucas e escassas multinacionais de toda a gama de tratamento para que essas sementes com direitos *royalties* entrem na cadeia alimentar europeia, merecem – claro está – toda a nossa atenção.

Todavia, outras questões importantes também são de relevar. Por exemplo, para além do princípio da precaução que a Comunidade instituiu logo na primeira regulamentação que fez e que no âmbito da autoridade europeia para a segurança alimentar faz com que, aí, sim, os estudos e as análises sejam feitos relativamente a cada estirpe que se pretende colocar no catálogo europeu se realizem.

É preciso notar que em matéria de estudos de Organismos Geneticamente Modificados a Região não tem, obviamente, capacidade de os fazer a este nível. Portanto, podemos realizar estudos de acompanhamento relativamente àquilo que se

faz lá fora e esses, sim, estão sendo feitos. Há uma Comissão Interdisciplinar que está em trabalhos desde 2005. Há matéria interdisciplinar que tem acompanhado toda a regulamentação europeia desde 2003.

Há alguns colóquios, ou pelo menos um colóquio que vi aqui referido pelo Sr. Secretário da Agricultura e Florestas, feito por especialistas representando os pontos de vista destas multinacionais.

Há posições, inclusive, tomadas pelo Sr. Presidente do Governo Regional, no sentido de criar algum espaço para que o debate sobre estas temáticas se aprofunde, permanecendo e tentando introduzir no direito comunitário um outro princípio que nos parece importante que é o princípio democrático das regiões decidirem se pretendem ou não a introdução destes organismos no seu quadro legal.

Não faz sentido, se temos direito de fazer opções de carácter sobre a nossa economia, sobre aspectos culturais e sociais da nossa vida, que não possamos também, em matéria de organismos genéticos, ter alguma opinião própria.

Portanto, o sentido político que o Sr. Secretário aqui referiu, da petição feita pelo Sr. Presidente do Governo, é exactamente este: é um princípio que não tem alcance legislativo nem legal.

Nessa matéria, neste momento, se alguém pretender nos Açores fazer cultivo geneticamente modificado, obedecendo aos critérios que o Decreto-Lei fixa, nomeadamente que tenha formação, que faça essa comunicação ao Governo e faça, no fundo, também formação apropriada sobre essa matéria, que cumpre determinadas distâncias de cultivo, etc., pode fazer, obviamente com prejuízos (não sabemos de que nível) para o todo o nosso biosistema.

Portanto, atendendo a essas problemáticas todas e atendendo a que a Resolução visa a que se faça o acompanhamento destas matérias, acompanhamento que vem sendo feito, ela não trazendo nada de novo e apenas cavalgando uma onda mediática que neste momento existe com a Resolução e com a Conferência de Viena o mês passado, promovida pela Comissão para debater estes assuntos, cavalgando também os aspectos da manifestação global, no outro âmbito, quanto aos Organismos Geneticamente Modificados, pensamos que é de todo despropositado estar a recomendar que se faça agora quando a Região já o vem fazendo.

Muito obrigado.

Deputado Osório Silva (PS): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

(*) **Deputado Paulo Gusmão (Indep.):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de dizer, sinteticamente, que penso que as razões estão bem explanadas, quer pelo Sr. Deputado proponente, quer pelo Sr. Secretário Regional, quer pelo Sr. Deputado Luís Paulo Alves que aqui já referiu que não é uma questão pacífica, mas também não me parece que venha mal ao mundo, antes pelo contrário, a aprovação desta Proposta de Resolução.

De facto, não é difícil adivinhar, como bom conservador que sou, que galinha minha não comeria milho desta natureza. De qualquer modo, uma questão que o Sr. Secretário aqui referiu e julgo que esta é a parte mais interessante da proposta, é que, para além do estudo que já está sendo feito, é possível, pelo que percebi, ser introduzido, passe a expressão, nas nossas costas, alguma dessa produção ou até pela sua introdução no Continente Português.

Portanto, não me parece que tendo este Projecto de Resolução essa premissa, que é ver quais são as formas que podem levar a essa introdução, decorrentes da possível introdução, e os procedimentos de segurança que acautelem também isso, ele traga algo de mal, antes pelo contrário, acrescenta uma preocupação àquilo que é o trabalho que esse grupo tem realizado, com uma vertente até mais concreta que tem a ver com a introdução nos Açores e com as medidas de segurança, uma vez que, como muito bem disse o Sr. Deputado Luís Paulo Alves, talvez na Região não seja possível fazer o verdadeiro estudo que está a ser feito na União Europeia, até por razões científicas. Pela minha parte, embora tendo todas as reticências e até prova em contrário, sendo completamente desfavorável à introdução destas coisas geneticamente modificadas (julgo que as coisas ao natural são muito mais engraçadas), mesmo assim não tenho repulsa, antes pelo contrário, em dar o meu voto favorável a este Projecto de Resolução.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

(*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começando pelas interrogações do Sr. Secretário e por aquilo que foi a minha explanação agora e no penúltimo plenário, de facto, são explicações diferentes e, de facto, tentei dar aqui as duas visões: uma visão de preocupação e uma visão de benefício.

Não vamos confundir biotecnologia com transgénicos. São dois mundos diferentes. Os transgénicos são os “filhos” da biotecnologia, um dos produtos dessa ciência.

Portanto, confundir essas duas matérias é cometer um erro, à partida, e mostrar algum desconhecimento sobre o assunto. Mas vamos mais longe, vamos à famosa comissão que foi constituída há um ano.

A Comissão Interdisciplinar foi constituída para a elaboração de uma Proposta de Decreto Legislativo Regional que procedesse à adaptação do Decreto-Lei 72/2003.

Nunca aconteceu, e isto já há um ano.

Quais são os estudos públicos dessa Comissão?

Não sabemos.

Qual é a acção pública, em termos de reflexão, em termos de pensamento, dessa Comissão?

Não sabemos.

Será que esta Comissão chegou mesmo a tomar posse?

Posso levantar as minhas dúvidas, porque não conheço a Comissão, não conheço os seus membros, nem conheço actuação pública nem científica dessa mesma Comissão.

Deputado José San-Bento (PS): É porque está mal informado!

O Orador: Portanto, o que nós estamos a fazer é a recomendar que esta mesma Comissão faça aquilo que não está a fazer.

Mas o problema não termina em termos científicos. O problema, em todo o mundo, tem uma abrangência social; o problema tem uma abrangência política, aliás, como resultou das conclusões, na Áustria, do Conselho da União Europeia, nesse sentido.

Mais que cientificamente a situação tem que ser estudada em termos sociais e políticos.

É sobre este facto, sobre o facto político e social, que tem que se ponderar a introdução ou não desses organismos no espaço regional.

O que é que nós estamos aqui a fazer?

Estamos a propor que se inicie uma reflexão pública, não confinada a uma única jornada de biotecnologia, mas confinada especificamente ao assunto, em que envolva vários parceiros, os parceiros sociais, a sociedade, a opinião dos partidos políticos da oposição. Nada disso aconteceu nesse espaço de tempo de um ano. Aliás, por três momentos políticos que o assunto foi aqui debatido, ou tocou-se no assunto: primeiro na Comissão da Economia e nenhum dos Deputados do PS falou sobre a famosa Comissão, nem sobre aquilo que se estava a fazer, quando o diploma foi discutido; segundo, quando se falou sobre a qualificação profissional, falou-se nesta preocupação dos transgénicos e... silêncio absoluto do Governo e da bancada oposição; terceiro, falou-se também nos transgénicos quando se falou na biotecnologia... novo silêncio absoluto! Silêncio ao quadrado!

Por isso, se nada está a ser feito, se não há evidências de trabalho, cabe-nos a nós recomendar essa reflexão pública e esse trabalho para a Comissão. É tão simples como isto.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: É transparente, é legítimo e é perfeitamente percebível. Quem não compreende isto é porque está de má fé em todo esse processo.

De facto, são estas as preocupações do nosso Projecto de resolução e nada impede, quando nós começarmos a sementeira dos milhos, que um agricultor semeie milho transgénico. Com esta legislação é possível.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Sr. Deputado, leia a lei!

O Orador: É possível essa introdução. É possível comprar, se houver no mercado. Aliás, devo desde já dizer que, da mesma maneira que aconteceu com o milho híbrido, quando os agricultores perceberem todas as vantagens decorrentes da utilização deste milho, vão efectivamente utilizar esta ferramenta genética.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Que confusão é essa Sr. Deputado?

O Orador: Quando a legislação impõe vários condicionalismo, nomeadamente a distância entre o convencional e o biológico, deixe-me dizer que também é a própria Comissão Europeia, é a OCDE, é a FAL e são várias as agências científicas ao longo desta Europa que dizem, do mesmo modo que dizem dos benefícios dos transgénicos, que eles têm que ser estudados na própria Região, porque vão ter consequências diferentes consoante as condições pedológicas, consoante as condições edafoclimáticas desta mesma Região.

Qual é o limite para o vento?

Qual é o limite para as poeiras?

Qual é o limite para o pólen?

Não existe.

Pode-se estabelecer distâncias métricas, quilómetros, centímetros, mas não se pode estabelecer limites para esses elementos naturais.

Se a Comissão não está a estudar (se quer que lhe diga, o estabelecimento dessa Comissão foi um bom passo, agora não é um bom passo o estacionamento dessa Comissão), se ela não trabalha, tem que trabalhar e não tem havido reflexões públicas sobre isto.

A situação é simples e o Projecto de Resolução vai nesse sentido, que se faça alguma coisa sobre aquilo que não se está a fazer neste momento na Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Realmente este é um assunto de algum melindre e de alguma sensibilidade.

Parece-me que o projecto que o PSD aqui traz tem muita utilidade, numa época que se discute a manipulação genética não só a este nível mas a vários outros níveis e levanta dúvidas se será benéfico ou se não será benéfico e aí a indecisão.

Eu julgo, contradizendo ali um bocadinho o Sr. Secretário, que nesta matéria, hoje em dia, ninguém tem certezas. Não há certezas na manipulação genética, daí a

legitimidade de alguém ter dúvidas se se deve introduzir, se não se deve, como, quando e o quê. Portanto, é preciso ter muita cautela nessas questões.

Depois, os Açores representam um meio natural, com um património muito rico, aliás, com algum do seu património classificado pela UNESCO. Mais uma razão para termos cuidado com a introdução de Organismos Geneticamente Modificados cá.

Finalmente, também para dizer que não conheço essa Comissão, confesso a minha ignorância. Não sei o trabalho que ela fez, não sei que instituições ouviu, não sei que debates na sociedade civil promoveu. Portanto, não há conclusões nenhuma dessa Comissão, que se conheça.

Julgo que nestas questões todo o cuidado é pouco e “cuidados e caldos de galinha nunca fizeram mal a ninguém”, de maneira que me parece que aprovar este Projecto do PSD é mais um passo no sentido da segurança e de proteger o nosso património que, naturalmente, bem precisa de ser preservado e protegido para o mantermos.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Paulo Alves.

(*) **Deputado Luís Paulo Alves (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu penso que se as pessoas estivessem um pouco mais informadas sobre o que é que estamos aqui a discutir, muitas vezes não se ouviam muitas coisas que se ouvem.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: Não é que me queira, obviamente, sobrepor em conhecimento a ninguém, mas o que aqui está em abordagem é uma coisa muito simples, Sr. Deputado. É que a legislação não permite que estejamos aqui a discutir para saber se queremos introduzir os transgénicos ou se não os queremos introduzir. A lei aplica-se neste momento e não há abertura para esse tipo de raciocínio que o Sr. Deputado está a fazer. Portanto, neste momento é preciso conhecer as coisas.

Na Região da Alta Áustria, o Governo Regional declarou a Região livre de transgénicos.

Deputado António Ventura (PSD): Devido às suas condições!

O Orador: Pois, mas a Comissão obrigou a retirar isso em 3 dias. A Comissão disse que eles tinham que apresentar evidência científica, porque sem a presença de evidência científica...

Deputado António Ventura (PSD): Leia o artigo!

O Orador: ... que contraria os estudos que são feitos pela Alta Autoridade Europeia para a Segurança Alimentar, não é possível isentar a introdução do cultivo.

A mesma Comissão obrigou o Estado Grego a levantar, já este ano, as restrições à introdução do milho transgénico.

Portanto, isto não é bem conforme a nossa opinião. “Joga-se mais pela esquerda, o aspecto da direita também é importante!”. Isto não é assim.

O quadro está definido, as apreciações não se podem fazer já a esse nível. As apreciações têm que se fazer noutra matéria e noutra plano.

É por isso que, aos ziguezagues, o Sr. Deputado António Ventura...

Deputado António Ventura (PSD): Ziguezagues? Os ziguezagues são seus!

O Orador: ... umas vezes diz que devemos abordar o problema para vermos os nossos aspectos sociais, os nossos aspectos económicos, outra vez trás as vantagens da introdução para os produtores de leite e ainda não se percebeu se o PSD é contra a introdução dos transgénicos nos Açores, ou é a favor da introdução dos transgénicos nos Açores. Quer fazer estudos que a Região não tem capacidade técnica nem científica nos Açores para os fazer, quando eles não podem ser realizados.

É a esta volatilidade de conceitos que aqui se vai assistindo. Portanto, isso nós não votamos favoravelmente, obviamente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Henrique Ventura.

(*) **Deputado Henrique Ventura (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Depois de todas as explicações que já aqui foram dadas pelo meu colega Luís Paulo Alves, pouco mais tenho a acrescentar, mas gostaria de lembrar o Sr. Deputado António Ventura que, em sede de Comissão, o Sr. Deputado Luís Paulo Alves terá dito, referindo-se à Comissão Interdisciplinar aqui referida, que na Região foi criada uma Comissão Interdisciplinar com o objectivo de estudar e de acompanhar a problemática dos OGMs.

Deputado António Ventura (PSD): Não é essa comissão.

Orador: O que aqui foi dito pelo senhor foi que em trabalhos da Comissão de Economia ninguém teria falado na Comissão Interdisciplinar.

Eu gostaria de lembrar ainda o Sr. Deputado António Ventura que quando em sede de subcomissão tivemos que dar parecer sobre o Decreto-Lei 160/2005, o senhor terá dito que não acreditava que algum produtor algum dia experimentasse...

Deputado António Ventura (PSD): Não é algum dia, é neste momento!

O Orador: Quando o senhor diz “algum dia” não inclui também este momento?

Deputado António Ventura (PSD): Algum dia é num futuro muito longe!

O Orador: O senhor não se especificou dessa forma. Portanto, tive dificuldade em perceber.

De qualquer forma queria lembrar-lhe que o senhor terá dito isto. Portanto, não passou assim tanto tempo para que o senhor agora se lembrasse de repente de que os 200 metros para a produção convencional já não era nada; que os 300 metros para a produção biológica continuavam a não ser nada e que de uma hora para a outra o senhor pensasse que temos uma grande dimensão e que já não era problema para os produtores esta distância.

Deputado António Ventura (PSD): Os senhores não fizeram nada. Não fizeram estudos!

O Orador: Era só para lembrar isto, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

(*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É possível à Região Autónoma dos Açores, através do artigo 13º, estabelecer uma zona livre. Está previsto na legislação.

Portanto, os Açores podem ser uma zona livre de igual modo que existem muitas câmaras municipais ao longo do espaço nacional que já pediram o Estatuto de Zona Livre. Isto é possível. Isso vai das câmaras e uma grande parte delas são socialistas.

Relativamente àquilo que o Sr. Deputado Henrique Ventura disse que eu tinha dito na Comissão aquando da discussão, se reparar bem, eu fiz um historial daquilo que foi a

linha de actuação do Governo em termos de postura política: postura política na Comissão quando se discutiu estes dois diplomas (silêncio absoluto!), postura política quando se falou sobre a qualificação profissional (silêncio absoluto!), postura política quando se falou sobre a biotecnologia (silêncio absoluto!).

Ou os senhores não conheciam que existia essa Comissão, ou, como nós, não sabem de nenhum resultado desta mesma comissão.

Não vale a pena pôr aqui uma venda, não vale a pena inventar argumentos, porque a realidade é que a Comissão nunca trabalhou. A realidade é que a Comissão nunca adaptou o seu primeiro objectivo.

O primeiro objectivo da Comissão era adaptar o Decreto-Lei 72/2003, de 10 de Abril. Estamos em 2006 e este Decreto-Lei ainda nunca foi adaptado. A Comissão foi criada para adaptá-lo, mas isso não aconteceu.

Deputado Luís Paulo Alves (PS): A legislação já mudou. Essa lei já foi ultrapassada por outra!

O Orador: Foi ultrapassada quase 6 meses depois. Entretanto, naqueles 6 meses a Comissão não fez nada e isso era para ser uma proposta imediata. Esta é que é a verdade.

Quando o Sr. Deputado Luís Paulo Alves fala na Agência de Segurança Alimentar, efectivamente é um organismo científico credível, mas não sei se o senhor sabe o que é que aconteceu com o milho BT 10 ou o milho MON 810. Foram milhos certificados pela Agência de Segurança Alimentar e são milhos que tiveram consequências totalmente diferentes daquelas que a Agência tinha estabelecido. Porquê? Porque foram utilizados em regiões totalmente diferentes daquela onde foram feitos os ensaios e onde foi feita a experimentação.

Aqui está dois exemplos que o processo de estudo da Agência Alimentar foi falível. Efectivamente a Região não pode abraçar a si estudos desta natureza e desta profundidade, mas pode estabelecer parcerias, pode ser parceiro com entidades internacionais, pode estabelecer parcerias com entidades nacionais com vista à experimentação e estudos dos transgénicos na Região.

Repare que com o evoluir da situação a pressão produtiva sobre os transgénicos é muito grande, é muito profunda, tem uma dimensão imensa, passe o pleonasma, tem

uma dimensão elevada. Isto significa o quê? Que os Estados Unidos, desde a década de 60, cultivam esta variedade de milho, cultivam outras variedades de plantas transgénicas e significa que mais dia, menos dia, a legislação vai ser mais permissível para que se dê a introdução dessa espécie.

Deputado Luís Paulo Alves (PS): Em obediência a quem?

O Orador: Eu acho muito bem que a Região tenha pedido o estado de prevenção.

Presidente: Sr. Deputado Ventura, terminou o seu tempo.

O Orador: Eu gostava de me incluir naquele grupo que ultrapassa o tempo.

Presidente: Não faça isso, Sr. Deputado.

O Orador: Eu gostava de dizer que faz sentido que a Região tenha pedido o estado de prevenção, mas para estudar e reflectir sobre o assunto. É que se nada se fizer qualquer dia nós nos deparamos com esses elementos, com o produto dessa ferramenta genética, no nosso espaço, sem termos para isso preparado convenientemente, quer a sociedade, quer os estudos científicos.

Neste aspecto em que existe muita sensibilidade (é contra natura em relação àquilo que é a sensibilidade dos cidadãos para a natureza, para a alimentação humana) é necessário promover um grande diálogo, um diálogo puro com os parceiros sociais, com a oposição e com a sociedade livre. Isto não está a ser feito, não foi feito e é isso que nós recomendamos, que façam alguma coisa, que a Comissão trabalhe, que os senhores façam uma reflexão pública e isto não está a ser feito.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Mas o que é que quer que eu faça? Quer que eu vá semear o milho?

(Risos da Câmara)

Deputado António Ventura (PSD): Isso só mesmo para levar em jeito de graça.

Só mesmo uma anedota é que nos salva.

Presidente: Srs. Deputados, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com este Projecto de Resolução, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projecto de Resolução foi rejeitado com 29 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do CDS/PP e 1 voto a favor do Deputado Independente.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

(*) **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Assistimos aqui a mais um acto da incoerência política que tem marcado a actuação política do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

O PS tem atacado de uma forma por vezes “feroz”, mas sempre manifestando um grande incómodo, relativamente à actuação crítica que o PSD exerce sobre a acção governativa.

O PS tem atacado sistematicamente o PSD relativamente a toda a acção fiscalizadora que o PSD faz no exercício das suas funções, dos seus direitos e dos seus deveres de oposição.

Porém, quando o PSD tem uma atitude proponente, uma atitude construtiva, e todos nos apercebemos nesta sala da importância da matéria aqui em causa, sem prejuízo do ridículo com que quiseram “mascarar” coisas sérias, também aqui relevando e revelando a vossa postura perante a seriedade desta casa e perante os assuntos que a esta casa vêm, quando o PSD traz estes contributos e estas propostas, os senhores fazem o mesmo: atacam, atacam, riem e ridicularizam coisas sérias.

É essa a vossa postura, é essa a seriedade que querem trazer para esta casa, com isto também contribuindo com a vossa irresponsabilidade para a imagem, para o bom nome que todos deveriam primar: por todos os Deputados, pelo Governo Regional e pelas instituições públicas regionais.

Ficou claro a informação, as propostas, as ideias e o conhecimento que o Sr. Deputado António Ventura trouxe a esta casa com este debate.

Da parte do Partido Socialista e do Governo é a incoerência de sempre. Se criticamos, se denunciemos, se fiscalizamos, somos os piores deste mundo! Se apresentamos propostas, se trazemos ideias, se trazemos informação, se trazemos contributos para desenvolver a Região, somos os piores deste mundo.

Para o PS mais uma vez fica claro que não querem que exista oposição.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Para o PS a ideia é apenas e só a existência do Partido Socialista e do Governo Regional, de resto, na sequência do tal “circo”, do tal “aparato” de anunciar as ideias para a Região apenas do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

O PS quer reduzir a vida pública regional, quer reduzir a vida política da Região ao Partido Socialista. É a partidarização excessiva! É a partidarização exclusiva da vida política regional!

Essa não é a vontade do PSD!

Essa não é a vontade dos açorianos que votaram também neste projecto!

Como já disse mais do que uma vez, não há aqui um único deputado que não tenha sido resultado dos votos dos açorianos. Todos foram o resultado do voto dos açorianos.

Por isso não queiram reduzir, não queiram diminuir a vida política regional apenas às vossas ideias e não queiram, sobretudo, reduzir os outros deputados, reduzir este Parlamento à vossa vontade.

Este Parlamento é o resultado da vontade dos açorianos...

Deputados Mark Marques e José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem!*

O Orador: ... quer na crítica, quer na denúncia, quer na proposta, quer na construção. É essa a nossa proposta.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não quero destoar este momento de humor, que também é muito saudável no nosso Parlamento, mas gostaria de lembrar ao Sr. Deputado Clélio Meneses duas coisas:

Em primeiro lugar, toda a gente percebe que tenha que defender o seu novo chefe partidário da Ilha Terceira. Todos percebemos e não levamos a mal, embora o excesso de zelo seja, por vezes, prejudicial.

Sabemos o que é a democracia.

Sr. Deputado Clélio Meneses, se se vai escandalizar, se vai ficar excitado sempre que estes representantes do povo exercitarem o seu mandato e votarem conforme devem votar, muitas vezes diferentemente daquilo que vossas senhorias pensam (é que as pessoas votaram deste lado para ser diferente...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Também votaram neste!

O Orador: ... e continuam a ter muitas boas razões para isso, conforme vamos ter oportunidade de ver), então, têm uma concepção de democracia muito estranha.

Deputado Clélio Meneses (PSD): A vossa é que é estranha!

O Orador: É que para si a democracia era a minoria, desde que fosse o PSD a mandar.

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

Não será essa a democracia? Essa ideia, Sr. Deputado Clélio Meneses, não passará.

De resto, ficámos todos esclarecidos. Ficámos todos esclarecidos que o Sr. Deputado Ventura gosta (e felicito-o) muito desta matéria, tem dito umas coisinhas sobre ela, mas ficámos também a saber de forma clara, com este debate, que o Sr. Deputado António Ventura, nesta matéria ainda não fez bem a sua opção de classe.

Ainda não percebemos qual é a posição dele, se é a favor, se é contra.

Sabemos também, e felizmente, que o Governo Regional, como lhe compete, está a trabalhar nesta matéria.

Tem uma Comissão constituída para o efeito, já tínhamos ouvido falar em transgénicos.

Portanto, está tudo bem e é pela inutilidade prática deste Projecto de resolução que esta bancada votou bem, como votou, e vai continuar a votar sempre bem e a votar como muito bem entende.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Pedia aos Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares, à Representação Parlamentar e ao Sr. Vice-Presidente do Governo para se aproximarem da Mesa.

(Pausa)

Srs. Deputados, vamos passar ao **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projecto de Resolução – “Comissão Parlamentar de Inquérito relativo às acusações contra o Presidente do Governo Regional proferidas pelo cidadão Manuel António Martins”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para justificar o pedido de urgência com dispensa de exame em comissão deste Projecto.

Tratando-se da criação e constituição de uma comissão eventual, não carece que seja analisado em Comissão.

Está assim justificado este pedido de urgência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) Deputado José San-Bento (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para referir que o Partido Socialista votará favoravelmente este pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão da Resolução que aqui estamos a apreciar.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos votar o pedido de urgência.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Srs. Deputados, o tratamento desta questão ficará agendado para amanhã.

Os nossos trabalhos amanhã recomeçarão às 10,00 horas.

Boa noite.

(Eram 20 horas)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Abílio Lopes Pereira

Deputados que faltaram à Sessão

Partido Socialista (PS)

Fernanda Correia Garcia Trindade

Nélia Maria Pacheco Amaral

() Texto não revisto pelo orador*

Documento entrado

Relatório da Comissão Permanente de Assuntos Sociais, nos termos do artigo 103º. do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Ante-Período Legislativo de 2006

Capítulo I

Generalidades

1 – A Comissão Permanente de Assuntos Sociais é constituída pelos seguintes Deputados:

Do Partido Socialista (PS)

Catarina Furtado

Cláudia Cardoso

José Gabriel Eduardo

Manuel Avelar

Mariana Matos

Nuno Tomé

Do Partido Social Democrata (PSD)

António Gonçalves

Costa Pereira

Luís Henrique Silva

Maria José Duarte

2 – Constituição da Mesa da Comissão:

Presidente – Cláudia Cardoso

Relatora – Catarina Furtado

Secretária – Maria José Duarte

Capítulo II

Reuniões Efectuadas

A Subcomissão da Comissão Permanente de Assuntos Sociais reuniu na delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade de Angra do Heroísmo, no dia 11 de Abril de 2006, a fim de analisar e dar parecer sobre a Proposta de Lei nº 61/X, que “Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei nº 372/90, de 27 de Novembro, que estabelece o Regime de Constituição das Associações de

Pais e Encarregados de Educação, bem como os Direitos e Deveres a que ficam subordinadas as referidas Associações.”

Nesta reunião os Srs. Deputados Osório Silva e António Toste substituíram respectivamente as Sras. Deputadas Catarina Furtado e Mariana Matos e os Srs. Deputados António Ventura e José Fernando Gomes substituíram respectivamente os Srs. Deputados Luís Henrique Silva e Maria José Duarte.

Capítulo III

Trabalhos Realizados

Na reunião da Subcomissão de 11 de Abril foi analisada a Proposta de Lei nº 61/X, que “Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei nº 372/90, de 27 de Novembro, que estabelece o Regime de Constituição das Associações de Pais e Encarregados de Educação, bem como os Direitos e Deveres a que ficam subordinadas as referidas Associações.” e emitido parecer sobre a mesma.

Através da presente proposta de lei visa-se, objectivamente, valorizar o papel das Associações de pais e encarregados de educação, criando condições adequadas ao exercício da sua actividade e missão, prevendo para o efeito, designadamente: a) A criação de melhores e mais justos mecanismos de funcionamento e apoio a um grupo de organizações e de pessoas que, de forma exclusivamente voluntária, se vem, por vezes, substituindo à função do Estado; b) A valorização do papel das associações de pais e encarregados de educação aos diversos níveis: nacional, regional e local; c) A consagração do direito de participação e de intervenção das associações de pais e encarregados de educação na definição e acompanhamento da política educativa, reconhecendo-lhes o estatuto de parceiro social traduzido na indicação de representantes para órgãos de consulta e participação que funcionem junto de entidades que tenham competência no domínio da educação; d) O reconhecimento do direito das associações de pais e encarregados de educação ao apoio e colaboração do Estado em tudo o que respeite à melhoria e à promoção dos direitos e interesses dos alunos.

Na generalidade e na especialidade, entendeu esta Comissão, por unanimidade, dar parecer favorável à presente Proposta de Lei nº 61/X, que “Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei nº 372/90, de 27 de Novembro, que estabelece o Regime de Constituição das Associações de Pais e Encarregados de Educação, bem como os Direitos e Deveres a que ficam subordinadas as referidas Associações.”.

Capítulo IV

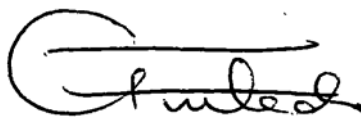
Trabalhos Pendentes

A Conta da Região relativa a 2004.

Horta, 09 de Maio de 2006.

A Relatora, Catarina Furtado

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.



A Presidente, Cláudia Cardoso

A Redactora: *Maria da Conceição Fraga Branco*